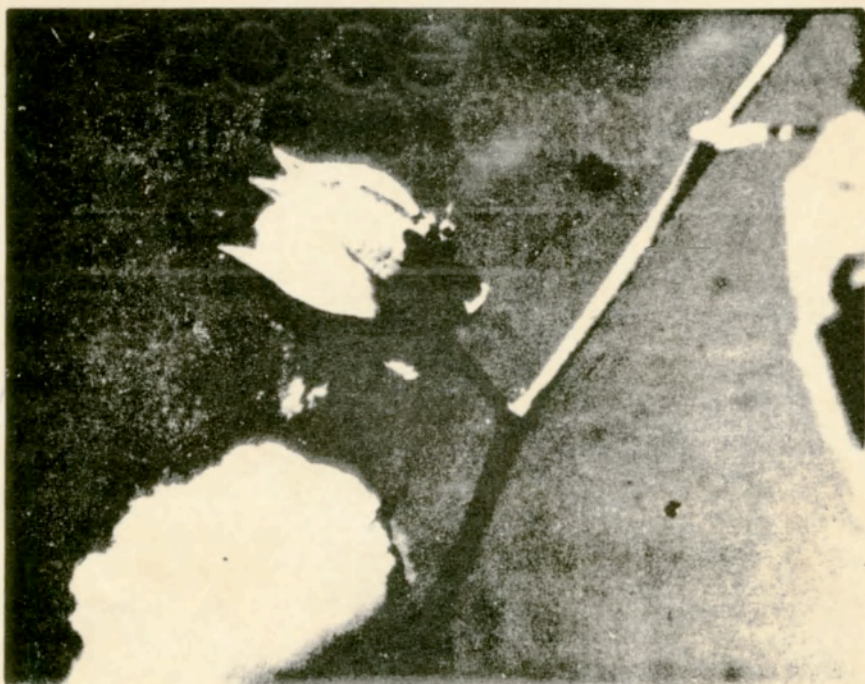


a meta do
BDRN
é colocar o estado
no mesmo ritmo
de progresso do
Brasil



Financiando a indústria, o comércio e a agro-pecuária, o Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (BDRN) trabalha para colocar o Estado nos mesmos caminhos de progresso do Brasil. Se você acredita no futuro do Rio Grande do Norte, você tem um sócio no BDRN.

B. D. R. N.



banco de desenvolvimento
do rio grande do norte

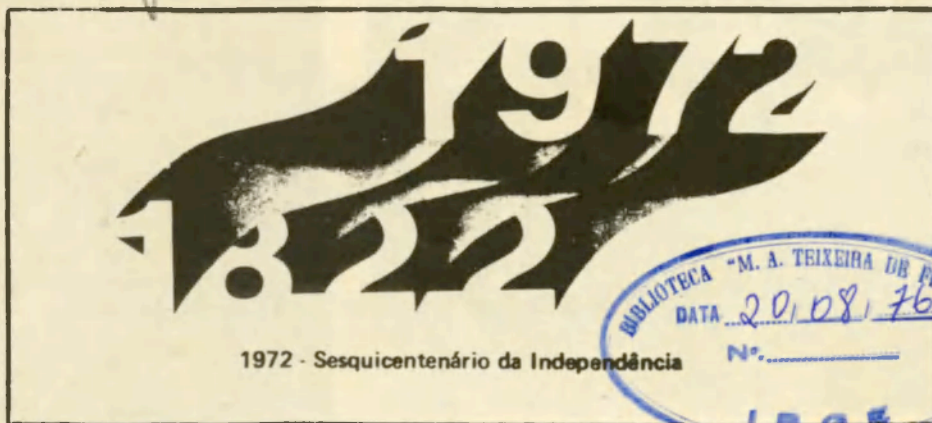
Sumário

REPORTAGENS

Educação no RN — A hora de investir	4
Os difíceis caminhos da pasteurização	12
Quem sabe faz, quem não sabe ensina	14
Uma rua imita outra	15
Viva um drama para consertar seu carro	21
Chuva não se faz, se provoca	23
Cooperativa também aumenta receita	25
Novo destino para a Carnaúba do RN: o assoalho e o sopro	26
Empresários injetam Cortez: Pecuaría nota 10	29

SECÇÕES

Empresário e Empresas	4
Contabilidade Atualizada	32



Prezado Leitor:

Mais uma vez a sua revista lhe chega as mãos. Logo nas primeiras páginas você encontra uma matéria sobre Educação no RN, que é justamente a nossa matéria de capa. Expomos o problema, a partir inclusive da adoção da reforma determinada pelo Ministério de Educação.

Depois os assuntos comearão a variar. O problema da pasteurização do leite em nosso Estado é abordado na página 12. A exportação de murchos é mais uma vez revisto porque se trata de um assunto sempre a merecer atenção. Esta na página 14.

Na página 15 temos uma matéria chamada "Tria", a análise do "modus vivendi" da rua Coronel Cascardo, com o seu comércio nas calçadas. Os preços e os mercados quanto ao conserto do seu carro estão na página 21. E então chega a vez das chaves arcaicas de cooperativas no, da industrialização de Carnaúba.

Boa leitura e até o próximo número.

O REDATOR CHEFE

EDITORA
RN-ECONÔMICO
LIMITADA

Rua Princesa Isabel 670 — Edifício Bahia — Fone 2690 — Natal (RN) — C. G. C. M. F. N.º 08423279

Diretor de Redação
Marcos Aurélio de Sá

Diretor Administrativo
Marcelo Fernandes

Diretor Comercial
Cassiano Arruda Câmara

Gerente

Jose Amara

Redator Chefe

Hélio Cavalcanti

Redatores

Albimar Furtado
Domicio Arruda Câmara
Finoel Nery
João Batista Machado
Lino Gualberto Aguiar
Johnson Silva
Jonar José
Sebastião Carvalho

Fotografias

João Garcia de Lucena

Arte

Antônio Paulino

Contatos Comerciais

Betoven Azevedo
Hinete Correia
Jose Silva Neto
Nando Belo
Roberto Freire

RN-ECONÔMICO revista mensal especializada em assuntos econômico-financeiros, é de propriedade da **EDITORA RN-ECONÔMICO LIMITADA** - Rua Princesa Isabel, 670 - Edifício Bahia - Fone 26-90 - Natal (RN), composta na **GRAFICA NORLESTE LTDA.** - Praça Pio X, 375 - Natal (RN), e impressa na **GRAFICA OFF-SET** - Avenida Rio Branco, 325 - Natal (RN). Preço do exemplar: Cr\$ 3,50. Número atrasados: Cr\$ 4,00. Assinatura Anual Cr\$ 40,00. Assinatura para outros Estados: Cr\$ 50,00.



O Rio Grande do Norte tem 20,5% do seu orçamento da receita pública destinada à educação primária e secundária. O índice ainda não é satisfatório, mas cresceu, consideravelmente, de 1971 para 1972. No ano passado o orçamento da Secretaria de Educação foi de Cr\$ 16.622.070,00 e, esse ano e de Cr\$ 26.258.548,00, aumentando em mais de 60%.

O número de vagas também foi ampliado, sem que houvesse sido construídas mais escolas. O Governo aproveitou a capacidade ociosa da rede de ensino para ginásios anexos, turnos extras e colégios da rede particular.

O Secretário da Educação, professor Dalton Melo Andrade, afirma que o aumento da população escolar, em relação ao ano de 1971, foi razoável. No primeiro grau: primário — 10%, ginásial — 50%; no segundo grau: científico — 50%.

Explicando a ampliação, Dalton Melo revela que não se construiu escolas, mas a capacidade da rede cresceu — “havia maior necessidade de aproveitamento da capacidade ociosa existente, tanto na rede do Estado e rede particular, através de convênios com a Secretaria da Educação, abrindo-se ginásios anexos onde havia escolas fechadas, aumentando-se o número de turnos e colocando-se mais alunos nas escolas particulares”.

Foram instalados cinco “anexos” em Natal e um em Mossoró. Os turnos foram aumentados no Colégio Estadual do Atheneu, Instituto Padre Miguelinho Colégio Estadual de Mossoró (de 2.500 para 5.500) e Caicó (400 para 600).

Com relação aos convênios para aproveitamento das escolas particulares, o Secretário citou o exemplo da Escola Técnica de Comércio de Natal, que tinha 300 alunos e agora tem 2.300 todos do Estado. O Governo assume a responsabilidade do colégio, com professores e material didático e o colégio cede suas instalações físicas.

Com essa política, a maioria dos professores que dava 24 horas de aula por semana, passou a dar 36 horas ou seja tempo integral, tendo com isso condições de profissionalização.

O aumento de turno, sob o ponto de vista pedagógico, não tem influência negativa?

O Secretário Dalton Melo tem a sua defesa: “As vezes surge argumentos que são contrários, sob a alegação de que, não é pedagogicamente positivo o aumento de turnos para atender uma maior quantidade de alunos, dando um pequeno prejuízo na escolarização”.

“Em termos ideais isto seria válido no entanto dentro da nossa realidade só-

cio-econômica, o que nós precisamos é dar oportunidade de educação a uma maior quantidade possível de jovens. Por esse motivo é preferível sacrificar essa possível melhor escolarização e fazer com que 100 alunos frequentem a escola, ao invés de 50.

AJUDA DO MEC

Além da dotação orçamentária do Estado, a Secretaria de Educação só recebe ajuda do Ministério da Educação e Cultura, através do salário-educação de onde provém a maioria dos recursos para expansão da rede, dos organismos ligados ao MEC e uma pequena parcela da SUDENE.

RECURSOS FINANCEIROS

Teoricamente o ensino do Rio Grande do Norte está no mesmo nível do ensino dos Estados do Nordeste. Mas para o Secretário Dalton Melo “o básico para implantação da reforma é o problema de recursos financeiros, que deve ser preparado para não somente compreender o objetivo da reforma, mas também com o sentido de uma melhoria em grande qualificação profissional”, não só no Rio Grande do Norte, mas também em todos os Estados brasileiros que começam a implantar a nova siste-

mática educacional. Nós, por exemplo, treinamos todos os professores que ensinam nos três complexos que iniciam essa reforma no Estado. Como os cursos são dados dentro de um mesmo esquema, o professor sai igual em conhecimento para todos os Estados. No entanto, há problemas adicionais, alguns de ordem psicológica e outros de ordem material, que vão influir para fazer a diferenciação, não só entre Estados, mas no próprio Estado, por mais que se procure a unidade, por exemplo: administração da escola, remuneração do professor, material didático existente, instalação física da escola, equipamento para profissionalização, logicamente vão influir no nível final do ensino oferecido.

ENSINO EM 72

A educação do Rio Grande do Norte em 1972, está representada nos seguintes números:

Ginásial e Científico — 43 mil alunos dos quais 21.669, na rede do Estado (50%).

Primário — 258.888 alunos, sendo 136.681 da rede estadual (53%).

O ensino primário em Natal, segundo dados de 1971, conta com 158 escolas e 1.903 professores, com 67.532 alunos. Desses estabelecimentos 2 são fede-

EDUCAÇÃO no RN A hora de investir

rais, 50 estaduais, 11 municipais e 95 particulares. O ensino médio tem 13 estabelecimentos.

Já a Universidade Federal dispõe de 24 unidades entre as quais: a) Centro de Estudos Básicos — Instituto de Matemática, Instituto de Física, Instituto de Química, Instituto de Ciências Biológicas, Instituto de Ciências Humanas, Instituto de Letras e Artes, Escola de Música; b) Centro de Ciências Aplicadas — Faculdade de Medicina, Escola Auxiliar de Enfermagem, Faculdade de Farmácia, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Direito, Escola de Engenharia, Faculdade de Educação, Escola de Serviço Social, Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis c) Institutos Especiais: Instituto de Antropologia Câmara Cascudo, Instituto de Biologia Marinha e Instituto Agropecuario. A Universidade conta com quase 500 professores e 3.500 alunos.

O Governo do Estado, através da Fundação José Augusto mantém a Faculdade de Sociologia e Política, Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza e Instituto Juvenal Lamartine de Pesquisas Sociais.

QUANTO CUSTA A EDUCAÇÃO

Uma pesquisa de RN-ECONÔMICO indica que um estudante custa, por ano Cr\$ 500,00, no primário e Cr\$ 900,00, no ginásial e científico, em escolas particulares. A anuidade no primário é de Cr\$ 350,00 e ginásial é de Cr\$ 600,00. O material escolar e fardamento custam em média Cr\$ 150,00 (primário) e Cr\$ 300,00 (ginásial).

Na educação do Estado, apenas se gasta o material escolar e fardamento. Os estudantes pobres ainda são beneficiados com a doação de livros didáticos. Esse ano foram distribuídos 105.600 livros, em convênio com o Instituto Nacional do Livro.

PROFESSORES NO RN

Se não é ainda de todo satisfatório, o ensino no Rio Grande do Norte é pelo menos merecedor de um dos primeiros lugares entre os Estados que apresentam nível regular, em transição para bom, no setor educação.

Cresce o número de escolas em todos os municípios; surgem mais cursos técnicos e profissionalizantes — temos a Escola Técnica Federal, a maior do País, no ramo — a Universidade do Rio Grande do Norte assume pioneirismo, ao lado de mais quatro universidades, na implantação da reforma universitária; a Secretaria de Educação inicia experiência com a reforma do ensino de primeiro e segundo graus; o Governo amplia a assistência ao estudante pobre. Mesmo assim permanecem dificuldades



Secretário Dalton Melo: "o básico para implantação da reforma é o problema de recursos financeiros".

que impeçam um ritmo mais dinâmico à educação no Estado, permitindo o progresso mais extenso. Uma delas é a situação dos professores, que cria um desestímulo ao magistério, comprometendo um futuro, apesar de não estar o nosso professor entre os mais mal pagos do Brasil.

QUANTOS? NÃO SE SABE

Em termos de 1972, ou mesmo de 1971, é impossível informar quantos pro-

fessores existem no Rio Grande do Norte. Não há estatísticas recentes completas divulgadas. Mas tomando-se por base o ano anterior, quando só professores primários (normalistas e leigos) existiam 7.624, pode-se estimar em quase 15 mil o total de mestres atuantes nas redes federal, estadual, municipal e particular

Os regimes de trabalho variam de 12 a 24 horas semanais, chegando aos regimes de tempo integral e dedicação exclusiva na área do ensino superior. Esses regimes são válidos tanto para o professor licenciado pela Faculdade de Educação como para os leigos, que constituem a maioria dos professores em atuação, mas dia-a-dia sendo obrigados a restringir o seu campo à medida que os licenciados exigem mais intensamente os seus direitos.

COMPENSAÇÃO? NEM SEMPRE

Um verdadeiro círculo vicioso se instalou no ensino médio do Estado que

só agora tende a se acabar. Porque não há professores licenciados, os leigos assumem as classes cada vez mais cheias e necessitadas de orientadores formados. E porque os licenciados não são remunerados à altura, os jovens fogem da Faculdade de Educação e do Instituto de Letras à procura de profissões mais rendosas como Medicina e Engenharia.

Incluindo o reajuste salarial do ano passado, os professores da rede estadual, das categorias PE-1 a PE-7, trabalham e são remunerados obedecendo-se ao quadro de número mínimo de horas/aula e de vencimentos abaixo:

CATEGORIA	N.º de H/aula semana	N.º de H/aula mês	Custo H/aula Cr\$	Vencimento mensal Cr\$
PE — 1 Com Licenciatura Plena	12	54	7,00	378,00
PE — 2 Com Curso Pedagógico e ministrando matéria específica do currículo normal	12	54	5,60	302,40
PE — 3 Com Registro "S" ou "D" e portador de curso do Nível Superior	12	54	5,20	280,80
PE — 4 Com Registro "S" ou "D" o portador do Curso de Nível Médio	12	54	4,50	243,00
PE — 5 Com Curso Pedagógico de Grau Colegial	24	108	2,00	216,00
PE — 6 Com Curso Pedagógico de Grau Ginásial	24	108	1,50	162,00
PE — 7 Regente de Classe	24	108	1,20	129,60

Recentemente foi criada uma outra categoria — PE-8 — enquadrando os antigos extranumerários mensalistas, que estão percebendo Cr\$ 3,80 por hora/aula.

NA UFRN: OUTRA SITUAÇÃO

Na Universidade Federal a situação do professor atinge níveis mais satisfatórios que muitos gostariam de usufruir dos benefícios consequentes.

A UFRN tem 338 professores, 145 auxiliares de ensino e 35 técnicos com atividades didáticas. Entre os professores 25 são contratados e os demais integram o quadro de efetivos da Universidade. Os auxiliares de ensino também estão submetidos à CLT.

As especificações, com o número de elementos e respectiva remuneração até 1.º de março, formam o seguinte quadro:

Categoria	N.º Existente	Remuneração
Professor Titular	93	Cr\$ 1.196,00
Professor Adjunto	116	Cr\$ 1.064,00
Professor Assistente	87	Cr\$ 930,00
Professor de Ensino Agrícola Técnico	18	Cr\$ 1.060,00
Professor de Ensino Agrícola Básico	3	Cr\$ 1.060,00
Professor de Práticas Educativas	21	Cr\$ 1.060,00
Professor Contratado	25	Cr\$ 1.064,00
Auxiliar de Ensino	143	Cr\$ 796,00



Em termos de 1972, ou mesmo de 1971, é impossível informar quantos professores existem no Rio Grande do Norte. Não há estatísticas recentes completas divulgadas.

Todos esses vencimentos foram majorados em 20% este mês, conforme o aumento concedido pelo Governo Federal. Por sua vez, os técnicos com atividades se distribuem em cinco áreas (Medicina, Educação, Farmácia, Direito, Odontologia e Saúde), percebendo vencimentos de Cr\$ 1.728,00 e Cr\$ 1.589,00.

EM DEFESA DA CLASSE

Para lutar pelas reivindicações da classe estão surgindo as associações, sob a alegação de que o Sindicato dos Professores não possui condições para defender os interesses de todos os professores.

A última instituída é a Associação dos

Professores Licenciados do Rio Grande do Norte APLERN dirigida pelo professor Francisco Felipe Filho e instalada no ano passado pela iniciativa de alguns diretores de estabelecimentos de ensino médio da rede estadual, inclusive o professor Orneles Filgueira, do "Winston Churchill" onde são realizadas as reuniões.

Na época do surgimento da Aplern, houve muitos atritos entre os seus organizadores e o vereador Armando Viana, presidente do Sindicato dos Professores. O assunto chegou a ser abordado na Câmara Municipal, com o sr. Armando Viana taxando de ilegal e contra a linha

do Governo da Revolução a da Associação, e os fundadores desta afirmando que estavam acobertados pela lei e agiam daquela maneira porque o Sindicato não havia demonstrado capacidade para lutar pelos direitos dos professores licenciados.

No final de 71, a Aplern, durante a realização de um congresso de professores licenciados do Nordeste realizado no "Churchil" conseguiu aprovar um projeto de criação de uma entidade de âmbito nacional para defender os direitos dos professores licenciados, o que acontecerá ainda este ano.

NA ASCENÇÃO DE UM, A QUEDA DO OUTRO

O professor Orneles Filgueira — falando calmo, fugindo de algumas perguntas e fazendo algumas recomendações — disse que, com a criação da Aplern, os licenciados não querem declarar guerra aos leigos, mas sim, e somente, encontrar o seu lugar. Contudo, de maneira quase automática a ascensão do licenciado representa o fim do leigo.

A Aplern tem atribuições para exigir do Ministério da Educação punição para o colégio que deixar de entregar uma classe a um licenciado, quando este solicitar, para entregá-la a um leigo. E o licenciado pode exigir ao diretor de um colégio uma cadeira que esteja sendo lecionada por professor leigo. Até mesmo para ensinar Educação Física será preciso ter curso em escola de nível superior, o que sai muito caro para o Estado que colabora com a sua preparação em São Paulo.

O diretor do "Churchil" acha que o Rio Grande do Norte paga muito pouco aos professores, embora, em termos relativos, pague melhor que Pernambuco. Entretanto a Aplern não cogita de imediato o aumento de vencimentos e sim está preocupada com a formação de licenciados em ciências, que vem sendo ministrada por universitários secundaristas. Uma esperança, porém, já existe nesse sentido: o Instituto de Matemática está formando professores para lecionar a disciplina e os Institutos de Física e Ciências Biológicas no próximo ano estarão formando.

veja só o que
a **SIDERUSA**
anda fazendo



a cibresme acompanha

A SIDERUSA, por indicação da Construtora OBELISCO, firmou contrato com a CIBRESME, através de seu representante F. Bezerra, adquirindo três mil metros quadrado de estruturas metálicas para a construção de sua fábrica. A nova indústria foi representada no ato por seu diretor industrial, sr. Afrânio Amorim, ao lado do engenheiro Fabiano Veras (Obelisco) e Fernando Bezerra (CIBRESME).



Companhia Brasileira de Estruturas Metálicas - CIBRESME
Engenharia · Construções · Montagens

RUA GAL. SAMPAIO 791

FORTALEZA-CE.

homens e empresas



OS TRÊS GENERAIS
Durante a solenidade de inauguração da sede própria do Banco do Nordeste, se encontraram os três generais: Minis-

tro Costa Cavalcanti, do Interior, Superintendente da Sudene, Gal. Evandro de Souza Lima e Gal. Meira Mattos, Comandante da ID/1 e Guarnição de Natal.

SEGUROS PARA IPREVINAT

O Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Natal — IPREVINAT — acaba de assinar contrato com a Federal de Seguros, seção do Rio Grande do Norte, através do qual serão segurados 1.300 funcionários da Prefeitura. O seguro será compulsório e o funcionário nada pagará. A Prefeitura e o Iprevinat pagarão mensalmente Cr\$ 1,20 e Cr\$ 0,36 por cada funcionário segurado. Em caso de morte, a família do servidor receberá Cr\$ 3.000,00 e Cr\$ 1.500,00 para o caso de invalidez permanente. Essas informações são de Augusto Medeiros, gerente da Federal de Seguros, em Natal.

RECORDE DA ESTIVAS

A Usina Estivas S. A., de Ceará Mirim, comemorou festivamente o recorde de produção conseguido na última safra: 303 mil sacos de açúcar. É a maior produção atingida por uma usina do Rio Grande do Norte. O dr. Murilo Tavares, atualmente à frente da Estivas, encontrou a usina com uma produção de 150 mil sacos anuais.

NOVA TRANSPORTADORA

Instalada há pouco em Natal, a TRANSPORTADORA GADELHA LTDA., já conquistou a preferência de importantes firmas do comércio e da indústria locais, que a utiliza no frete de suas mercadorias. Com matriz em São Paulo, tem filiais em várias capitais, principalmente do Nordeste. Seu gerente é Jurandir Sales de Souza, que diz ser quase potiguar (residiu entre nós muito tempo) o principal sócio da firma, Jerônimo Gadelha de Albuquerque. Um dos funcionários da Gadelha, José Pinto Neto, diz que entre os clientes natalenses da empresa estão Casas Cardoso, Lojas Ideal, Loja Wacil, Big Lar, Souto Engenharia, M. de Melo, Wanda.ck Lopes.

UMA NOVA CORRETORA

Já contando com seis corretoras filiadas, a Bolsa de Valores do Rio Grande do Norte terá, dentro em breve, outra especializada funcionando sob sua fiscalização, no Mercado de Capitais. Trata-se da PATACA Corretora de Câmbios e Valores Mobiliários. O seu registro já foi encaminhado ao Banco Central.

SORIEDEM EM NOVA FABRICA

Está marcada para final de abril a inauguração da nova fábrica das confecções Soriedem S/A, na estrada de Parnamirim. Com um capital de Cr\$ 12 milhões, a Soriedem vai funcionar numa área coberta de 6.500 metros quadrados. Sua produção atual de 2.000 camisas e 800 calças vai triplicar, a partir de agora.

CIBRESME & SIDERUSA

Um vultoso contrato foi firmado entre a Companhia Brasileira de Estruturas Metálicas — CIBRESME — e a Siderurgia do Nordeste S/A. A primeira é uma empresa cearense, representada entre nós por Fernando Bezerril Comércio e Representações. A segunda, uma indústria de siderurgia que se implanta no parque industrial de Parnamirim. A CIBRESME vai fornecer as estruturas de metal para cobertura dos galpões da SIDERUSA.



ARIMAR RETORNA

O economista Arimar França, presidente do Banco do Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, ao regressar do Japão se disse impressionado com a receptividade do Brasil, nos meios empresariais japoneses. Ele foi ao Japão assistir à inauguração da agência do Banco do Brasil no Japão, na comitiva do Ministro tro Delfim Neto.

homens e empresas



POSIÇÃO E CAPITAL

O Banco do Rio Grande do Norte (BANDERN) que em junho de 1971 estava em 107.º entre os bancos nacionais, passou a ocupar o 98.º posto, após consignado o seu último balanço. A informação está na Revista Bancária Brasileira. O banco oficial do Estado, por outro lado, vai ter aumentado o seu capital de Cr\$ 3 milhões para Cr\$ 10 milhões. O diretor-presidente Osinundo Farias, na última viagem que empreendeu ao sul do país, ultimou os contatos neste sentido, junto aos órgãos competentes.

EIT NO BRASIL CENTRAL

A EIT (Empresa Industrial Técnica) acaba de ganhar outra concorrência de âmbito nacional. Já atuando na construção da Transamazônica, a firma de Jose Nilson de Sá vai agora participar da implantação de um trecho da rodovia Prodoeste, entre os Estados de Goiás e Mato Grosso.

AUMENTO DE PRODUÇÃO

Nos próximos dias as Refinações de Milho Gosson vão aumentar a sua produção de uma para duas toneladas/horas, através da modernização de seu equipamento e da ampliação do mercado de consumo. João Sandoval da Silveira, maior acionista da empresa, é quem dá a informação. Outros acionistas das Refinações Gosson: Francisco Eufrásio, Canindé Gosson e Arimar França.

ROSSINI NA ARTENOVA

Rossini Ferraz é o representante para o Rio Grande do Norte (e todo o Nordeste) da Editora Artеноva, especializada em publicações didáticas e literárias. Trata-se de uma das mais importantes do país, atualmente se dedicando à campanha do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Rossini Ferraz, inclusive, trouxe para a redação do RN-ECONÔMICO vários cartazes alusivos ao fato, com ilustrações de brasileiros que atuaram nos episódios de nossa Independência.



Já está constituída a DUMAR S. A., empresa que explorará o setor de alimentação com produtos marinhos. A Dumar, atualmente, está produzindo 400 quilos de carne de sirí, caranguejo e ostra, por semana, vendendo 60% dessa produção no RN e 40% no Ceará. Dentro de 120 dias a DUMAR vai inaugurar uma nova unidade de equipamentos, passando a produzir 250 quilos diários. E entrará então na faixa de produzir para exportar. O diretor-presidente da empresa, Hemetério Fernandes Gurgel, informa que esta semana ainda estará sendo iniciada a construção das novas instalações da empresa, à margem da estrada de São Gonçalo.

Dentro de mais 120 dias, a DUMAR encaminhará à SUDENE projeto para ampliação, no valor de Cr\$ 5 milhões.



O Governador Cortez Pereira presidiu o ato de lançamento do jornal A REPUBLICA, órgão publicado pela CERN (Companhia Editora do Rio Grande do Norte). Presentes também secretários e diretores de repartições estaduais, além de grande número de convidados, homens de empresa e intelectuais. A REPUBLICA está circulando desde o dia 15 de março.

Confecções Guararapes S.A.

SOCIEDADE DE CAPITAL ABERTO — GEMEC RCA 72.037
RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Atendendo aos dispositivos legais que regem as sociedades anônimas, apresentamos aos Senhores Acionistas, o relatório e Balanço Geral, acompanhado da demonstração da conta de Lucros & Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, relativos às nossas atividades no exercício encerrado em 31 de dezembro de 1971.

No decorrer desse exercício, procuramos fornecer aos nossos Acionistas, através de sucintos relatórios trimestrais, o andamento das operações da empresa e, ao encerrarmos esse período, temos a satisfação de confirmar todas as previsões feitas para o ano de 1971.

Em termos unitários, nossa produção de camisa cresceu em 48%, em relação ao ano de 1970. No setor de calças este crescimento atingiu o percentual de 42%.

Como não poderia deixar de acontecer, nosso faturamento acompanhou a evolução da produção, atingindo o total de Cr\$ 101.403.537,00 superando assim, o exercício de 1970, em 63%. A distribuição de nossos artigos continua sendo feita em todo o território nacional, notadamente nos Esta-

dos de São Paulo e Guanabara.

O lucro líquido apurado após a dedução da provisão para o Imposto de Renda, alcançou o valor de Cr\$ 21.385.316,13, o que significa uma rentabilidade de 0,71 por ação. Ainda baseados no Balanço, apuramos as seguintes quotientes de solvência:

Liquidez Corrente	5,93
Liquidez Seco	3,41
Liquidez Imediata	1,08
Liquidez Mediata	5,08

Em fevereiro do ano passado, elevamos o capital da empresa de Cr\$ 20.000.000,00 para Cr\$ 30.000.000,00, o que representa uma distribuição de uma ação nova para cada grupo de duas ações possuídas e pagamos ainda um dividendo de 12% na mesma época dessa distribuição.

Definindo responsabilidades, vale lembrar que sempre foi nossa intenção, concentrar em Natal todas as nossas atividades e aqui construir uma grande empresa. Em contrapartida, queríamos apenas um incentivo diferenciado, bastante irrisório para contrabalançar as desvantagens da localização. Lutamos bastante tentando convencer as autoridades a conceder o incentivo pretendido, e justiça se faça, nunca-

mos disseram um NAO, porém, nunca nos deram um SIM. Este comportamento inofensivo, nos motivou a enveredarmos pela nossa atual política de dispersão.

Temos atualmente, além da filial em São Paulo, duas subsidiárias no exterior: GUARARAPES OF AMERICA INC. e GUARARAPES DE MEXICO S.A., nas cidades de MIAMI e MEXICO, ambas em fase em brionária, mas com boas perspectivas para o futuro. Estudamos uma atividade nova na ZONA FRANCA DE MANAUS e a triplicação da área construída em São Paulo em terreno anexo, recentemente adquirido.

Nossa força de trabalho é atualmente de 2.500 pessoas, sendo 1.750 em Natal e 750 em São Paulo. A filial de São Paulo, cujas atividades se iniciaram em abril/71, está vivendo uma eulórica fase de prosperidade com forte tendência de, em futuro próximo, suplantiar Natal. A proximidade que existe, quer na aquisição da matéria prima, quer na área de maior consumo, são fatores marcantes que dão a São Paulo a superioridade de competição entre as duas fábricas.

Construímos uma moderna unidade escolar em Natal, com capacidade de matrículas para 1.700 alunos, quadra coberta para prática de esportes e play-ground, contribuindo assim, para a educação de nossos operários e seus dependentes.

Encerrando este relatório, transmitimos aos nossos funcionários e operários nossa gratidão pelo bom desempenho de suas tarefas e compreensão de todos.

Ficamos, assim, à disposição dos Senhores Acionistas, para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos que se tornarem necessários.

Natal, 07 de Janeiro de 1972

NEVALDO ROCHA
Presidente

NELSON ROCHA DE OLIVEIRA
Diretor Industrial

PAULO FERREIRA MACHADO
Diretor Financeiro

FCO. NÉLIO FERREIRA DO MONTE
Diretor Comercial

LUFÉRCIO SILVA DE MENEZES
Diretor Técnico

BALANÇO GERAL PROCEDIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1971

1.000 — A T I V O

1.100 — IMOBILIZADO		
1.101—Imóveis	12.610.389,93	
1.102—Maquinismos	5.322.679,43	
1.103—Instalações	1.321.311,60	
1.104—Móveis & Utensílios	1.458.435,31	
1.105—Veículos de Uso	35.258,00	
1.106—Cauções	73,00	
1.107—Marcas e Patentes	1.631,65	
1.111—Obras em Andamento	1.044.363,90	
1.114—Equipamentos em Instalação	3.573,40	
1.121—Participações em Outras Empresas	35.704,03	
1.123—Participações em Empresas no Exterior	744.000,00	22.577.420,25
1.200 — DISPONIVEL		
1.201—Caixa	8.713,08	
1.202—Bancos, e Depósitos	8.542.967,21	8.551.680,29
1.300 — REALIZAVEL A CURTO PRAZO		
1.301—Devedores p/Duplicatas	49.737.382,43	
(-) Dupls. Descontadas	31.784.808,80	17.952.573,63
1.302—Contas Correntes	440.454,05	
1.303—Devedores Diversos	61.956,24	
1.304—Adiantamentos a Fornecedores	447.277,55	
1.305—Importações em Curso	264.012,29	
1.311—Almoxarifado	8.305.827,74	

2.000 — P A S S I V O

2.100 — NAO EXIGIVEL		
(Patrimônio Líquido)		
2.101—Capital Social	30.000.000,00	
2.102—Reserva Legal	3.159.950,85	
2.103—Reserva de Correção das Imobilizações	1.696.489,19	
2.104—Reserva p/Aumento de Capital—Reinvestimento Dec. 55234.68	2.257.252,00	
2.105—Reserva p/Aumento de Capital—L.4239/63	2.856.462,00	
2.106—Reserva p/Manutenção do Capital de Giro	5.378.062,03	
2.107—Lucros não Distribuídos	2.218.108,78	
2.108—Lucros Suspensos	11.974.408,90	59.540.733,75
2.200 — NAO EXIGIVEL		
(Reintegrações e Riscos)		
2.201—Fundo de Depreciações	908.579,92	
2.202—Fundo p/Riscos de Crédito	497.373,82	
2.204—Fundo de Depreciações Correção	615.152,07	2.021.105,81
61.561.839,56		
2.300 — EXIGIVEL A CURTO PRAZO		
2.301—Credores p/Fornecimentos	3.028.385,18	
2.302—Contas Correntes	1.862.815,98	
2.303—Credores Diversos	329.144,55	
2.304—Contas a Pagar	660.632,87	

1.312—Produtos Elaborados	4.467.471,25	
1.313—Produtos em Elaboração	881.019,47	
1.314—Produtos Transferidos—Estoque	75.714,66	39.130.210,78
1.315—Produtos em Trânsito		
1.400 — REALIZAVEL A LONGO PRAZO		
1.401—Depósitos p/Investimento na SUDE-NE	429.375,00	
1.403—Empréstimos Compulsórios	84.477,32	
1.404—Títulos Públicos	244.279,20	
1.405—Depósitos Vinculados	68.223,83	826.355,35
SUB TOTAL		71.085.666,67
1.600 — COMPENSAÇÃO		
1.601—Ações Caucionadas	500.000,00	
1.603—Mandatários por Cobrança	3.569.015,27	
1.604—Mandatários por Caução	96.696,00	4.165.711,27
		75.251.377,94

2.306—Imposto de Renda a Recolher	2.142.348,00	8.048.298,23
2.400 — EXIGIVEL A LONGO PRAZO		
2.401—Contas a Pagar	1.362.521,55	
2.402—Empréstimos Bancários Garantidos	95.055,15	
2.403—Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	17.952,19	1.475.528,69
SUB TOTAL		71.085.666,67
2.600 — COMPENSAÇÃO		
2.601—Caução da Diretoria	500.000,00	
2.602—Títulos em Cobrança	3.569.015,27	
2.603—Títulos em Caução	96.696,00	4.165.711,27
		75.251.377,94

NEVALDO ROCHA
Presidente

Natal, 31 de dezembro de 1971
NELSON ROCHA DE OLIVEIRA
Diretor Industrial
LUPERCIO SILVA DE MENEZES
Diretor Técnico

PAULO FERREIRA MACHADO
Diretor Financeiro
NILZA JESUINA PONTES
Téc. Contabilidade — CRC—873 — RN.

FCO. NÉLIO FERREIRA DO MONTE
Diretor Comercial

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS & PERDAS" EM 31 DE DEZEMBRO DE 1971

D É B I T O		C R E D I T O	
<p>a 1.501—ENCARGOS DO EXERCÍCIO</p> <p>01—Serviços Auxiliares 1.038.415,90</p> <p>02—Assistência Social 293.872,03</p> <p>03—Administração Geral 13.871.312,12</p> <p>15.203.600,05</p> <p>a 2.101—REINTEGRAÇÕES E RISCOS</p> <p>01—Fundo p/Riscos de Crédito 497.373,82</p> <p>02—Fundo de Depreciação constituído no exercício 533.146,53</p> <p>(-) Imputado na Fabricação 300.089,93</p> <p>143.057,82</p> <p>640.431,44</p> <p>a 2.100—LUCRO LÍQUIDO</p> <p>01—Reserva p/Manutenção do Cap. Giro L 4357/64 5.378.062,03</p> <p>02—Reserva p/Aumento de Capital 2.856.462,00</p> <p>8.234.524,03</p> <p>03—Imposto de Renda a Recolher 2.142.348,00</p> <p>04—Reserva Legal 1.176.383,20</p> <p>05—Lucros Suspensos 11.974.408,90</p> <p>15.293.140,10</p> <p>23.527.664,13</p> <p>39.371.695,61</p>	<p>de 2.501—EXPLORAÇÃO INDUSTRIAL</p> <p>Lucro verificado nas vendas realizadas 38.578.633,15</p> <p>de 2.502—OUTRAS RECEITAS</p> <p>01—Receitas Financeiras 452.638,95</p> <p>02—Receitas Eventuais 32.321,80</p> <p>484.960,75</p> <p>de 2.201—REINTEGRAÇÕES E RISCOS</p> <p>01—Fundo p/Riscos de Crédito (Reversão) 308.101,72</p> <p>39.371.695,62</p>		

NEVALDO ROCHA
Presidente

Natal, 31 de dezembro de 1971
NELSON ROCHA DE OLIVEIRA
Diretor Industrial
LUPERCIO SILVA DE MENEZES
Diretor Técnico

PAULO FERREIRA MACHADO
Diretor Financeiro
NILZA JESUINA PONTES
Téc. Contabilidade — CRC—873 — RN.

FCO. NÉLIO FERREIRA DO MONTE
Diretor Comercial

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal de CONFECÇÕES GUARAPES S.A., pelos seus membros abaixo assinados, reuniu-se para tomar conhecimento do relatório da Diretoria, Balanço e Demonstração da Conta de Lucros & Perdas todos os demais documentos relativos às atividades da empresa no exercício de 1971. Verificada a exatidão de todos os elementos

recomenda sua integral aprovação pela Assembléa Geral Ordinária a ser convocada.

Natal, 08 de janeiro de 1972

as) REGINALDO TEÓFILO DA SILVA

JOSÉ REZENDE FILHO

BENIVALDO ALVES DE AZEVEDO

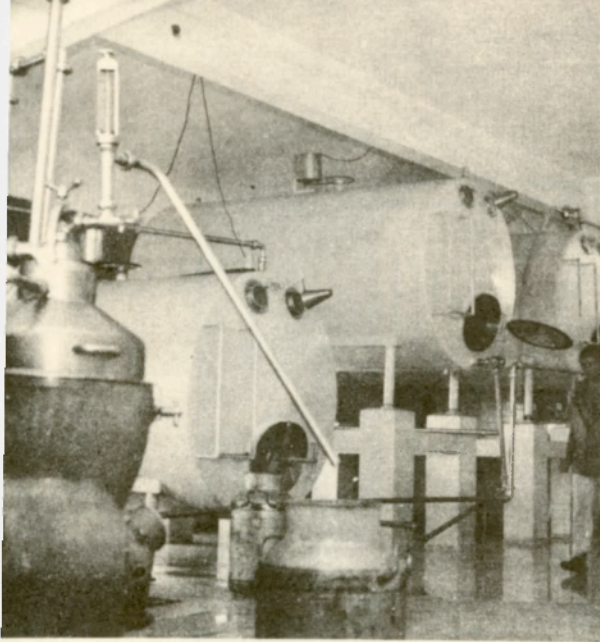
CERTIFICADO DE AUDITORIA

O Balanço Geral de CONFECÇÕES GUARAPES S.A., encerrado em 31 de dezembro de 1971, e a respectiva conta de Lucros & Perdas foram por mim examinados com observância das normas usuais de revisão e auditoria, envolvendo investigações em livros, documentos e registros contábeis.

Assim sendo, concluo por opinar que as referidas peças exprimem, com sinceridade, exatidão e clareza, a situação real da empresa.

Natal, 08 de janeiro de 1972

ODIR DA COSTA OLIVEIRA
Contador Reg. no CRC - RN 55



abastecimento

Os difíceis caminhos da pasteurização

De acôrdo com estudo e levantamento feitos pela SUNAB em 1969, Natal precisava de 29.000 litros de leite, diariamente, para que o abastecimento do produto fosse feito em bases pelo menos exequíveis. Hoje, com quase 300.000 habitantes, Natal consome apenas 12.000 litros de leite por dia, leite pasteurizado, industrializado pela ILNASA. Mas em setembro do ano passado essa produção era de apenas metade: 6.000 litros.

Admitindo que a ILNASA conseguiu dobrar a produção, mesmo assim não se pode admitir que quase 300.000 pessoas consumam apenas 12.000 litros diários de um alimento considerado básico na mesa do pobre ou do rico.

Isto ocorre porque mais cerca de 5.000 litros são consumidos "in natura", leite entrado clandestinamente na cidade, apesar de lei federal que proíbe a sua venda e apesar da Secretária de Estado da Saúde intensificar uma fiscalização que cada dia se torna insuficiente.

Mas... voltando aos números: a ILNASA pasteuriza 12.000 litros, o leite "in natura" entre numa proporção de 5.000, o que soma 17.000 litros de leite por dia. E o restante, para completar ao menos os 29.000 litros encontrados pela SUNAB em 1969, e que hoje devem ser muito mais?

Partindo do estudo da Superintendência Nacional de Abastecimento, concluímos que Natal consome por dia pelo menos 12.000 litros de leite em pó. Muito mais, certamente, pois o consumo hoje, três anos após o estudo da SUNAB, deve ter aumentado.

UM LONGO CAMINHO

O caminho percorrido para a chegada à atual situação, com relação à produção e consumo de leite pasteurizado em Natal, é um dos longos, embora que não traçado há tanto tempo.

E este caminho apresenta também distorções e discrepâncias que não soam muito lógicas em situações idênticas.

Por exemplo: a produção da Ilnasa hoje é de 12.000 litros de leite, que a cidade está consumindo quase totalmente.

Em dezembro do ano passado, quando essa produção já fôra atingida há um mês, a empresa não encontrava compradores para tanto leite. Então, passou a fabricar queijo, com o excedente.

"Hoje, felizmente, já estamos colocando quase que toda produção" — diz o sr. Vinicius Garcia Freire, um dos diretores da empresa. "E dentro de poucos dias teremos que deixar de fabricar queijo, porque o consumo está aumentando".

Então a Ilnasa vai abrir concorrência, em março, para aumentar o cadastro de seus fornecedores de leite na plataforma. Atualmente 140 produtores lhe entregam o produto todos os dias. Em setembro de 1971 eles eram apenas 102, porque muitos haviam desistido, desestimulados por uma série de fatos que iam desde o preço do produto tabelado pela SUNAB até irregularidades no pagamento etc.

ESTADO PARTICIPA

Atualmente a Ilnasa está sob uma espécie de "intervenção branca" por parte do Governo do Estado. A crise advinda com a seca de 1970 forçou várias distorções na produção da bacia leiteira do Estado, o que imediatamente afetou a empresa. Sem a presença da iniciativa oficial era difícil aos seus donos "levar o barco adiante". E então o Governador Cortez Pereira, justamente em setembro de 1971, chegou com o seu empenho no sentido de solucionar o problema. Através do Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, colocou dois "diretores oficiais" no quadro administrativo da fá-

brica (Carlos Silva, diretor financeiro e Vinicius Garcia Freire, diretor de produção) e fez mais ainda: depois de ingêntes esforços conseguiu da Comissão Interministerial de Preços que os Cr\$ 0,47 pagos ao produtor pelo litro do leite, na plataforma, fossem aumentados para 0,67. E conseguiu isto de dez em dez centavos, duas vezes.

Hoje a Ilnasa paga semanalmente aos produtores a importância de Cr\$ 51 mil — enviando-lhes para suas casas a notificação do depósito bancário. O leite que recebe a Cr\$ 0,67, entrega pasteurizado ao revendedor a Cr\$ 0,87. E o consumidor leva o litro prá casa por Cr\$ 0,90.

Como se pode depreender pela minúscia dos centavos, não se trata de um negócio para muitos lucros.

EXPANSÃO

A Ilnasa também pensa em se expandir, principalmente agora que a crise passou e que a população da cidade está novamente acreditando na constância de sua produção.

Os problemas da bacia leiteira do Estado, ligados às implicações de ordem meramente relacionadas com a pecuária, não a afetam de imediato, mesmo porque a sua produção ainda é aquém da demanda e assim continuará ainda por algum tempo. Todo o leite que a empresa recebe vem de uma área em torno de 100 quilômetros, ao redor da capital, da qual sobressaem os municípios de São Gonçalo do Amarante, Bom Jesus, Eloi de Souza, Riachuelo e Macaíba como fornecedores de cerca de 80% da entrega.

No tocante à expansão, diz o sr. Vinicius Garcia Freire, a empresa está com um projeto e m elaboração, para ser submetido à SUDENE, através do qual carregará incentivos dos artigos 34/18. A partir do que vai adquirir frisas (depó

Faint, illegible text in the top left corner, possibly a header or introductory paragraph.



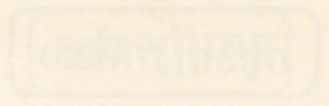
Faint, illegible text in the top right corner, possibly a header or introductory paragraph.

Main body of faint, illegible text on the left side of the page.

Main body of faint, illegible text in the center of the page.

Main body of faint, illegible text on the right side of the page.

new ngo saps enzius
new saps taz



Quem sabe faz, quem não sabe ensina

Como se comporta a indústria e o mercado da scheelita? O problema vem provocando preocupações e estudos especializados, principalmente agora quando está existindo um conjunto de esforços orientados para encontrar uma saída econômica para o Rio Grande do Norte.

Todavia, ao que parece, os metais não ferrosos não se dão bem com a paz. E pelo que comentam as publicações periódicas, principalmente o "Bulletin Metals", de Londres — segundo lembra o industrial Mário Moacyr Porto —, quase todos os metais não ferrosos, inclusive o tungstênio, estão em acentuada baixa. Para se ter uma idéia de quanto se reduziu o preço da scheelita no último ano, o Sr. Mário Moacyr Porto lembra o seguinte quadro: Em 1970, a Mineração Tomaz Salustino S/A exportou para a Europa 785 toneladas, no valor de US\$ 3.734.194,03. Em 1971 foram exportadas 1.140 toneladas, no valor de US\$ 4.179.455,01. A exportação, em volume físico (tonelagem) cresceu 45,23% "mas recebemos a mais apenas" argumenta o industrial, "11,92%", pelo que a nossa empresa deixou de perceber, em razão da diferença de preço, Cr\$ 6.957.356,00".

COMENTÁRIOS

Destaca o diretor presidente da Mineração Tomaz Salustino S/A, que o fato vem merecendo comentários das maiores publicações especializadas do país, "que, curiosamente, dão ao assunto maior interesse e destaque que as publicações locais. Assim é que "Banas", a revista de economia de maior tiragem no Brasil, em artigo de autoria de seu diretor, sob o título "O drama da Scheelita", observa:

— A Mineração Tomaz Salustino S/A faz esforços para aumentar a produção e ampliar o mercado europeu. De janeiro a setembro exportou 1.140 toneladas de scheelita (US\$ 2,8 milhões), para 420 toneladas obtidas em 1970 (US\$ 2,1 milhões). Em face de resultado tão melancólico e diante do muito que se faz e do pouco que se logra receber, temos de admitir que, sem dúvida, exportar e a solução, mas para que o produto exportador atenda essa meta governamental, é preciso

que o fator preço, entre outros, compense o esforço de produzir e vender mais. É a triste sorte dos países sub-desenvolvidos. Os grandes ditam o preço e ficam com a melhor fatia do bolo.

POSIÇÃO COMO FONTE PRODUTORA

Sobre a posição da Mineração Tomaz Salustino como fonte produtora de tungstênio e de divisas nos planos nacional e continental, esclarece o industrial que o ano passado a Mina B. Jui, da qual a mineração é concessionária, produziu 587.411 quilos de scheelita, que representou um record somente superado em 1945.

"Aliás — observa o sr. Mário Moacyr Porto —, de quatro anos para cá batemos todos os anos, os nossos próprios records, assumindo a B. Jui uma posição de importância Continental como fonte produtora de tungstênio. E como empresa exportadora, vale registrar que o boletim da Cacex n. 2 (Banco do Brasil S/A), ao arrolar as 500 empresas que mais exportam no país, inclui a Mineração Tomaz Salustino S/A em 73.º lugar. Entre as empresas de mineração acha-se situada em 12.º lugar".

E se forem excluídas desta relação as empresas estatais, a Mineração Tomaz Salustino passara a figurar em primeiro



Mário Moacyr Porto

O mercado, vem se modificando para melhor.

lugar, segundo exame procedido na relação das empresas constantes no boletim da CACEX. Esta situação, informa o sr. Mário Moacyr Porto, não é obra do acaso, mas fruto de muito trabalho, aptidão e uma boa dose de imaginação criadora.

"Por oportuno — salienta —, registramos que a nossa exportação de scheelita, no valor de US\$ 4.179.455,01, representa quase três vezes o valor da totalidade das exportações de algodão e sisal reunidos. Como diz "Banas", em seu artigo S/A está sustentando a economia do Rio Grande do Norte".

FUSÃO OU COMPRA ?

A Mineração Tomaz Salustino fundiu-se com a empresa de mineração Northeriogrândense Ltda. (Mina BOMFIM) ?

As dúvidas e aos boatos, responde o industrial Mário Moacyr Porto:

— Não houve nenhuma fusão. Ocorreu o seguinte: em dezembro do ano passado, constituiu-se no Rio Grande do Norte uma nova empresa de mineração que tomou o nome de POTYRA S/A, empresa cujo capital social é constituído pelo direito à lavra da mina BOMFIM. A Mineração Tomaz Salustino S/A comprou 51% das ações da nova empresa.

A pergunta se "acha viável a instalação, no Rio Grande do Norte, de uma usina redutora de scheelita", responde:

Uma indústria de transformação de scheelita é um velho sonho acariciado por todos nós. Dois óbices principais precisam ser vencidos para a obtenção do almejado objetivo: matéria prima em quantidade suficiente, ou mais precisamente, fornecimento certo de, pelo menos, 90 toneladas por mês, o mercado para o escoamento dos produtos elaborados pela usina. Quanto ao primeiro objetivo, a Mineração Tomaz Salustino e Potyra S/A poderão assegurar o fornecimento. Não esquecer que, o ano passado, a Mineração Tomaz Salustino exportou 1.140 toneladas de concentrado de scheelita.

Quanto ao mercado, o industrial vê a situação com otimismo; vem se modificando para melhor. O resto virá por gravidade, pois, como observa um arguto conhecedor das coisas e dos homens, quem sabe faz e quem não sabe ensina.



Uma rua imita outra

Embora boutique ainda hoje seja sinônimo de sofisticação e artigos caros, várias são abertas diariamente com todas as características desse tipo de casa comercial: mínimo espaço, grande variedade de artigos e preços quase sempre acima do normal das lojas comuns.

Em Natal existe hoje uma rua que, pela aparência física e pelo grande número de lojinhas que funcionam de uma ponta a outra, já é chamada de "rua Augusta dos Pobres". A denominação não cabe apenas pela comparação entre São Paulo e Natal, mas também porque na rua Coronel Cascudo o que existe mesmo é um grande número de pequenas lojas, na maioria armarinhos, com pouca variação para outros artigos. O contrário da verdadeira rua Augusta, da capital paulista, onde imperam as lojas de artigos para a juventude, casas de lanche, discotecas, tudo que já a faz parecida com a famosa Carnaby Street, de Londres.

COSMOPOLITA

Mas a Coronel Cascudo está também se tornando cosmopolita ou orientalizada e lá pode-se ler os nomes da Loja Seul e da Casa Tóquio, a última especializada em artigos para presente, nacionais e im-

portados. Estes, obviamente, mais procedentes do Japão.

A principal casa da rua é A Lojinha, de Marli Brito Lima. Há oito anos no ramo, ela oferece uma extensa variedade de artigos à sua clientela, que é mais da classe B, com algumas pessoas da classe A. Armarinho, bijouterias, perfumaria, confecções para homens e mulheres, artigos para presente, prataria — tudo pode ser encontrado n'A Lojinha.

— "O comércio vive sempre em crise. Quando uma época está boa para um artigo, está ruim para outro" — diz Marli Brito. Por isso resolvi ter de tudo um pouco. Natal ainda não é terra para possuir loja especializada em um só artigo".

A filosofia da proprietária d'A Lojinha é, regra geral, a de todos comerciantes da rua. Como o senhor Luiz Gomes Sobrinho, que tem ali a filial de sua Garota Chic Boutique. A matriz funciona em sua residência, na rua Alexandrino de Alencar.

— "Casa especializada num só artigo não dá. O cliente gosta é de chegar procurando uma coisa para terminar levando outra" — diz ele.

O sr. Luiz Gomes está na Coronel Cascudo desde setembro do ano passado.

Armarinho, confecções (homem e mulher) artigos para presentes, brinquedos, perfumaria é o que ele oferece ao seu público, noventa por cento feminino. O artigo mais caro ultimamente em exposição: um vestido de piquê verde escuro, que custa Cr\$ 299,00.

VENDAS TODO ANO

A rua Coronel Cascudo já é tradicionalmente conhecida pelo grande número de boutiques-armarinhos que comporta em sua extensão.

— "Armarinho é bom, vende o ano todo" — diz Marli Brito Lima.

Com o que está de acordo Maria Cícera Gomes de Lima, proprietária do Armarinho São Luiz. Para ela, as épocas de melhores vendas são dezembro (ciclo natalino), fevereiro (carnaval), março (período escolar) e junho (festas juninas).

— "Nessas épocas as vendas aumentam, mas não tanto. E no máximo uma semana de movimento intenso. Depois baixa, a gente fica vendendo normalmente linhas, botões, rendas, bicos, lãs.

Durante o período carnavalesco as boutiques venderam muito os utensílios utilizados em fantasias: lantejoulas, mis-

sangas, vidrilhos, canutilhos, etc

A MODA E O CREDIÁRIO

Uma preocupação de quantos vendem na rua Coronel Cascudo: ter sempre para vender os artigos da Moda

— "Mas é arriscado se comprar muita coisa da Moda. Existem os grandes magazines que servem melhor nesse sentido. Devemos ter alguma coisa, porque sempre procuram. Eu particularmente compro pouca coisa e trato de forçar a saída da mercadoria".

Ainda é Marli Brito Lima quem fala e quem não gosta muito de vender calçados.

— "É o pior artigo para você vender. Tôda hora estão mudando o salto ou o bico. Se você faz estoque de um modelo, se arrisca a perder tudo".

Nas pequenas lojas, por outro lado, não funciona muito o sistema de Crediário. Mesmo assim A Lojinha tem algumas freqüências que pagam periodicamente as compras que comumente vão se acumulando, tudo sem se atentar rigorosamente para o sistema de crédito. A Galeria Chic vende fiado somente na matriz: é a visinhança da rua Alexandrino de Alencar e adjacências que geralmente paga semanalmente.

Saindo da rua Coronel Cascudo e

e o caso da Mustang — Moda Masculina e da Dominique.

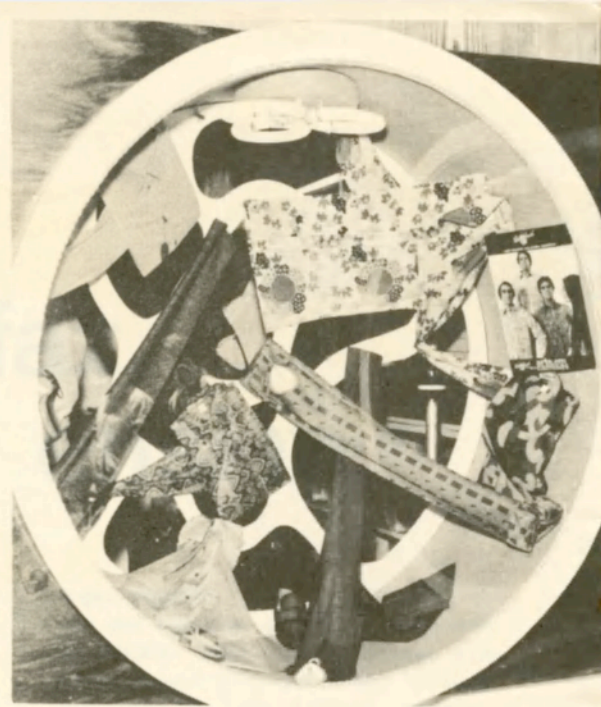
A VEZ DO HOMEM

Edmilson Alves foi durante muito tempo gerente das Lojas LM da Cidade Alta. Um dia resolveu entrar particularmente no ramo dos artigos masculinos e instalou a Mustang. É uma lojinha de aspecto agradável, a primeira no seu estilo em Natal. Lá os preços não são populares, porque os artigos assim o exigem. Na Mustang você pode adquirir uma camisa New Style por até Cr\$ 320,00, tecido importado, shantung de seda. Se não quiser essa, pode levar uma de Cr\$ 220,00 ou de Cr\$ 195,00 ou ainda de Cr\$ 145,00.

Uma calça na Mustang pode custar entre Cr\$ 145,00 e Cr\$ 120,00. Sapatos, entre Cr\$ 85,00 e Cr\$ 69,00.

— "Instalei a loja da maneira que ela é, porque senti que Natal tinha necessidade dela. É verdade que aqui há casas que vendem artigos masculinos de primeira qualidade, mas ainda numa faixa popular", diz Edmilson Alves.

Ele adquire as novidades no Rio, em São Paulo e em Porto Alegre, onde tem compradores. Vende ainda perfumes, mais cintos e a Mustang é a primeira casa em Natal a oferecer um bom catálogo de



A Mustang é a primeira no seu estilo em Natal.

a rua João Pessoa

A Dominique tem o mérito de ser incentivadora da arte regional da cidade e vários são os artistas populares que têm peças expostas e vendidas ali. Dentre eles os entalhadores: Sombra, João e Jalis; o ceramista Etevaldo; Djalma e Sebastião, que trabalham com materiais diversos, e ainda Felix, Marinho, Erivan



Marli Brito Lima: "Casa especializada num só artigo não dá".



A rua Coronel Cascudo já é cosmopolita

muito perto de lá, existem outras lojinhas na galeria do Edifício Sisal, como a Maçã Boutique e a Argos. A primeira vende confecções, artigos para presentes, perfumaria e é uma das mais sofisticadas, no ramo, atendendo sempre a clientes da classe A. O mesmo ocorre com a Argos, que inclusive tem em suas exposições artigos importados, mais utilidades para o lar ou adereços femininos.

Em outro extremo do centro da cidade, a rua General Osório começa também a ser ponto confluyente de pequenas lojas. Ali, casas mais sofisticadas. Como

"posters" que são vendidos a 10 e cinco cruzeiros, coloridos ou preto e branco.

UM NOME FRANCES

Auta Vieira, conhecida na cidade como professora de boas maneiras, foi quem escolheu o nome da segunda loja da firma de seus familiares: a Dominique fica também na General Osório. É uma loja especialista em perfumaria, presentes, artigos de beleza e artesanato. A firma Jorge Vieira da Silva & Filhos mantém ainda o Magazin Jóia, outra lojinha na esquina da avenida Rio Branco com

Falando sobre a loja, Aurina Vieira diz que os artigos mais caros ali vendidos são, regra geral, as talhas. Já chegou a vender uma de Sombra por Cr\$ 1.200,00.

Os perfumes também estão na faixa dos mais caros.

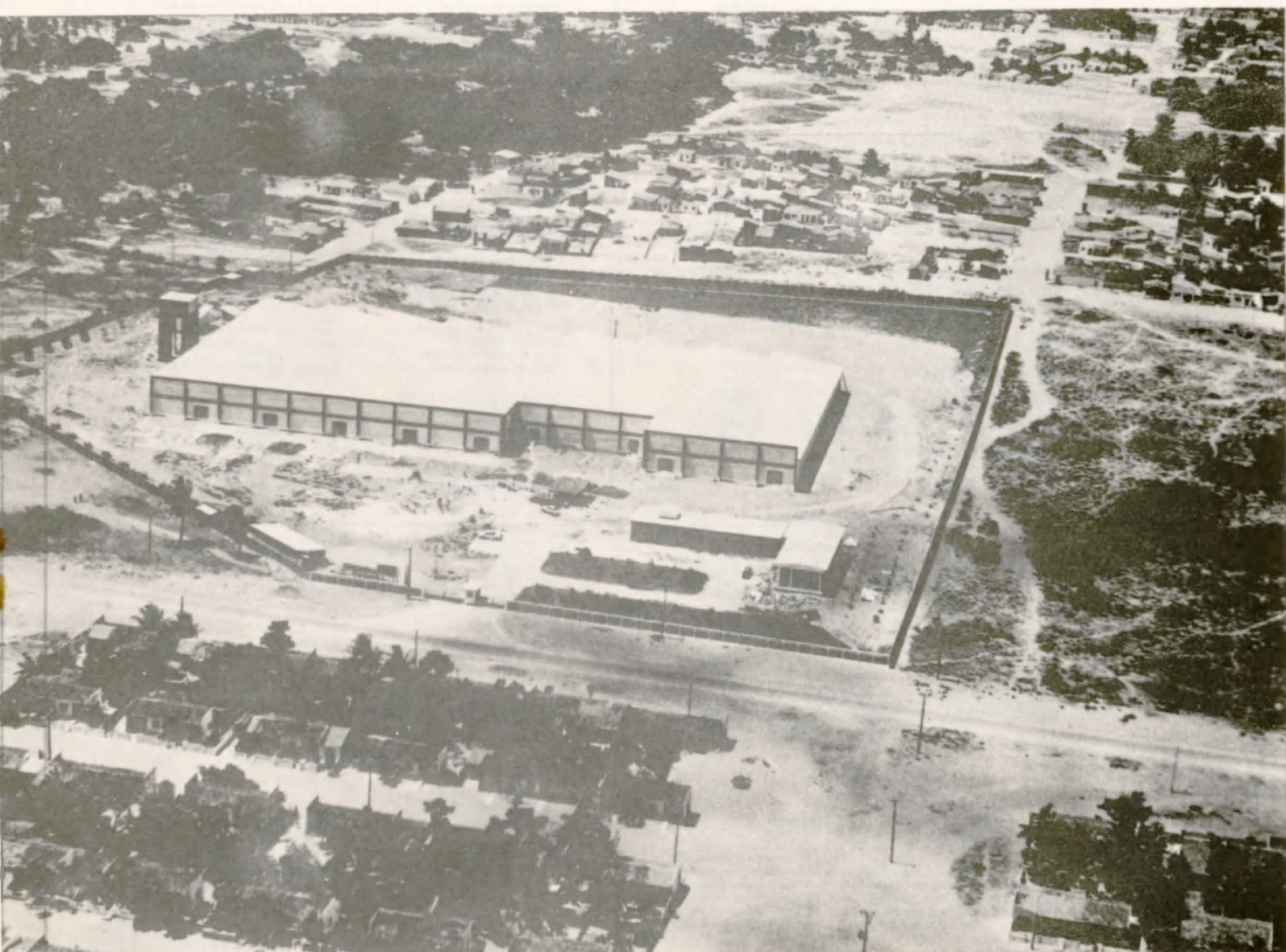
Quanto ao nome Dominique, Auta Vieira explica

— "Lembra-se da história daquela freira, que virou compositora? Pois é. Depois, o nome é francês, o que cai muito bem numa lojinha sofisticada, não acha?"



INDUSTRIAS JOSSAN S. A.

nova
fase
novos
lucros





Indústria

Balanço Geral em 31 de dezembro de 1971

ATIVO		PASSIVO	
DISPONIVEL		EXIGIVEL A CURTO PRAZO	
Caixa e Bancos	43.263,44	Fornecedores	981.429,02
REALIZAVEL A CURTO PRAZO		Empréstimos Industriais (Nota 3)	215.861,89
Duplicatas a Receber Cr\$ 837.670,08, menos Duplicatas Descontadas Cr\$ 862.947,16 (Nota 3)	210.723,83	Empréstimos Bancários	761.796,08
Provisão para Devedores Duvidosos	26.210,00	Impostos a Pagar	19.838,45
	184.513,83	Outras Contas a Pagar	31.576,67
Banco do Nordeste do Brasil, incentivo: fiscais pendentes de liberação	865.409,82		1.990.292,13
Outras Contas a Receber	46.005,78	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	
Estoques (Notas 1 e 3)	609.716,77	Empréstimos Industriais (Nota 3)	446.900,00
	1.725.646,20	Empréstimos Bancários	281.250,00
IMOBILIZADO (Notas 2 e 3)			728.150,00
Pelo Custo		NAO EXIGIVEL	
Imóveis	89.493,91	Capital Autorizado — Cr\$ 11.000.000,00, subscrito e integralizado (Nota 4)	6.948.874,00
Máquinas e Equipamentos	633.360,32	Reserva para Aumento de Capital (Nota 5)	22.219,00
Ferramentas e Acessórios	11.907,94	Reserva Legal	6.635,64
Móveis e Utensílios	2.085,42	Créditos de Acionistas para Futuro Aumento de Capital	7.000,00
	736.827,79	Lucros Acumulados (Quadro 1)	95.000,00
Correção Monetária	1.158.696,64		7.079.729,76
	1.895.524,43	COMPENSAÇÃO	
Depreciação Acumulada	105.879,70	Cauções	23.226,18
	1.789.653,73	Contratos de Seguros	1.823.859,02
Gastos de Realocação e Ampliação	5.731.819,01	Financiamento Industrial	807.000,00
	7.521.472,74		2.654.085,20
Adiantamentos para compras de maquinismos	453.319,45		12.452.255,96
Imobilizações financeiras, pelo custo	44.468,93		
	8.029.261,12		
	9.788.170,76		
COMPENSAÇÃO			
Ações e Títulos Cauccionados	23.226,18		
Seguros Contratados	1.823.859,02		
Contratos de Financiamentos	807.000,00		
	12.452.255,96		

Natal, 31 de dezembro de 1971

ADAUTO FERREIRA DA ROCHA
Diretor Presidente

ABELIRIO VASCONCELOS DA ROCHA
Diretor Superintendente

ANTONIO DUTRA SERRANO
Diretor Executivo

CRESO COSME DA SILVA
Diretor Executivo

CRESO COSME DA SILVA
CRC—RN Nº 1122

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS E DE LUCROS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1971

ATIVO		PASSIVO	
VENDAS LÍQUIDAS, incluindo Cr\$ 173.373,00 do imposto sobre produtos industrializados	2.569.654,59	Lucro antes do Imposto de Renda	202.548,72
CUSTO DAS VENDAS	1.942.086,95	IMPOSTO DE RENDA (Nota 5)	14.220,00
Lucro Bruto	626.667,64	Lucro líquido do exercício	188.328,72
DESPESAS OPERACIONAIS		LUCROS ACUMULADOS	
Administrativas	86.592,79	Saldo no início do exercício	112.659,00
Vendas	110.811,95	Ajuste de exercícios anteriores	64.545,40
Financeiras	174.634,42		236.442,32
Provisão para Devedores Duvidosos	26.210,00	APROPRIAÇÕES	
Depreciação do Imobilizado	51.809,81	Aumento de Capital	112.659,00
	176.508,67	Reserva para Aumento de Capital (Nota 5)	22.219,00
	26.040,05	Reserva Legal	6.564,32
RECEITAS FINANCEIRAS	202.548,72	Saldo no fim do exercício (Quadro 1) a Disposição da Assembléia	95.000,00
Lucro antes do Imposto de Renda	202.548,72		

Natal, 31 de dezembro de 1971

ADAUTO FERREIRA DA ROCHA
Diretor Presidente

ABELIRIO VASCONCELOS DA ROCHA
Diretor Superintendente

ANTONIO DUTRA SERRANO
Diretor Executivo

CRESO COSME DA SILVA
Diretor Executivo

CRESO COSME DA SILVA
CRC—RN. Nº 1122

PARECER DO CONSELHO FISCAL

"Os membros do Conselho Fiscal de Indústrias Jossan S. A., abaixo assinados, procederam, de acordo com a lei, ao exame dos livros e documentos e tomaram conhecimento do Relatório da Diretoria relativo ao exercício de 1971, bem como do Balanço Geral encerrado em 31 de dezembro, e respectiva conta de Lucros e Perdas, tudo encontrando em perfeita ordem, fielmente refletindo a situação da empresa.

A vista desta constatação, não de parecer que as contas da Diretoria, consubstanciadas naqueles documentos, merecem aprovação dos senhores acionistas".

Natal, 15 de março de 1972
(ss) Benivaldo Alves de Azevedo
Luciano Luiz de Barros
Nélio Silveira Dias

PARECER DOS AUDITORES

18 de Fevereiro de 1972

Ilmos. Srs. Diretores
Indústrias Jossan S.A.

Somos de parecer que o balanço geral e a correspondente demonstração da conta de lucros e perdas e de lucros acumulados, examinados por nós, são fidedignas demonstrações da posição financeira da Indústrias Jossan S. A. em 31 de dezembro de 1971 e dos resultados das operações do exercício, de conformidade com princípios contábeis geralmente adotados e aplicados de maneira consistente em relação ao exercício anterior. Efetuamos nosso exame consoante padrões reconhecidos do

auditoria, incluindo revisões parciais dos livros e documentos de contabilidade bem como aplicando outros processos técnicos de auditoria na extensão que julgamos necessária segundo as circunstâncias.

PRICE WATERHOUSE PEAT & CO.
Inscrição CRC—PE—50—15
Contador Responsável
CARLOS DE SOUZA CARVALHO
CRC—RS—9314—15—PE

SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL AUTORIZADO DE Cr\$ 11.000.000,00

CAPITAL INTEGRALIZADO DE Cr\$ 6.948.874,00

C.G.C.M.F. N.º 08.397.697/001

NATAL — RIO GRANDE DO NORTE

RELATÓRIO DA DIRETORIA

SENHORES AÇIONISTAS

Encerrado que foi, em 31 de dezembro último, o exercício social de INDÚSTRIAS JOSSAN S. A., temos o prazer de submeter a vossa consideração, com o presente Relatório sobre as atividades da Empresa no decorrer do ano de 1971, as contas de nossa administração, espelhadas no Balanço Geral e respectiva demonstração de Lucros e Perdas, acompanhadas das notas explicativas e dos pareceres de nossos auditores independentes e do Conselho Fiscal.

Além das conclusões que V. Ss. poderão extrair dos documentos contábeis que ora lhes apresentamos, permitimo-nos levar ao vosso conhecimento outras informações que julgamos necessárias para uma visão mais ampla de todas as nossas atividades no exercício passado.

1 — RESULTADOS

Os resultados alcançados no exercício de 1971, foram bastante significativos, conforme demonstra o seguinte comparativo de evolução:

PRODUÇÃO E VALOR DAS VENDAS

ANOS	QUANT. KG.	%	VALOR — Cr\$	%
1969	771.328	100,00	1.019.902,14	100,00
1970	1.185.021	151,00	1.947.465,32	191,80
1971	1.201.561	155,70	2.969.654,50	291,95

O incremento da produção vendida foi de 3,14%, resultados alcançados exclusivamente em nossas antigas instalações industriais, o que vem indicar um aumento em nossa produtividade, em relação ao exercício de 1970. Enquanto o do faturamento foi de 31,95%.

2 — RENTABILIDADE

A rentabilidade sobre as vendas, no exercício, acusou um índice de 25,69, enquanto no que pese continuarem elevados os encargos financeiros, em decorrência do nosso projeto de ampliação e realocação, a rentabilidade sobre o capital (excluído os investimentos na realocação e ampliação da fábrica) foi de 19,97%.

3 — PROJETO SUDENE

Com profunda satisfação que mais uma vez vos comunicamos a posição dos trabalhos de implantação do projeto de realocação e ampliação da produção, aprovação pela SUDENE.

Atualmente encontram-se concluídos os trabalhos de construção civil, com uma área coberta de 11.000m², e instalados os equipamentos da Trefilaria de Ferro e Aço e Galvanização Contínua de Arames, que começaram a produzir normalmente no início deste mês, com uma antecipação de três meses para o prazo previsto. Com o início da produção dos setores de Trefilaria e Galvanização, já estamos produzindo arames trefilados e arames galvanizados destinados a comercialização, sendo o último utilizado também como matéria prima própria na produção de Arame Farpado, independente da produção normal de nossa antiga instalação industrial, que será, no final do mês, transferida definitivamente para as novas instalações.

Até 31 de dezembro, os investimentos realizados no projeto era da ordem de Cr\$ 6.195.138,46, sendo Cr\$ 463.319,45 de adiantamentos a fornecedores.

Esperamos em setembro próximo, com a conclusão total do projeto, inaugurar-mos oficialmente o empreendimento.

4 — NOVOS INVESTIMENTOS

Recentemente adquirimos da firma Indústria e Comércio de Pregos Jaffé Ltda., todo seu equipamento industrial para fabricação de pregos, aumentados, com esta aquisição, nossa capacidade instalada para produção do produto, que nos últimos anos vinha trabalhando a pleno emprego, ocasionando, com frequência, atraso no atendimento dos pedidos.

5 — NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1971.

NOTA 1 — ESTOQUES

	Cr\$
Matérias Primas e Embalagens	357.951
Materiais Secundários	42.509
Produtos em Elaboração	66.196
Produtos Elaborados	125.061
	<u>609.717</u>

Os estoques estão valorizados pelo custo médio de aquisição e/ou produção, os quais são inferiores aos preços de reposição.

NOTA 2 — IMOBILIZADO

A empresa vem procedendo a correção monetária do ativo imobilizado de acordo com a legislação vigente. O montante líquido da correção correspondente ao exercício de 1971 importou em Cr\$ 254.537, tendo esse valor sido utilizado em aumento de capital.

	Cr\$
Imóveis	1.973.886
Instalações	299.605
Máquinas e Equipamentos	1.919.481
Móveis e Utensílios	19.562
Veículos	35.000
Estudos e Projetos	313.140
Despesas de Implantação	1.171.145
	<u>5.731.819</u>

Após o início das operações das novas instalações, os gastos acima não transferidos às contas definitivas do imobilizado, com exceção das despesas de implantação, as quais serão transferidas para uma conta de resultado pendente para serem amortizadas nos próximos exercícios.

NOTA 3 — EMPRÉSTIMOS INDUSTRIAIS

	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Banco do Nordeste do Brasil			
Principal	110.000	405.000	515.000
Juros e comissões — 12% e 2% ao ano, respectivamente	36.515	—	36.515
	<u>146.515</u>	<u>405.000</u>	<u>551.515</u>
Banco do Brasil			
Principal	58.100	41.900	100.000
Juros e comissões — 12% e 8,6% ao ano respectivamente	11.047	—	11.047
	<u>69.147</u>	<u>41.900</u>	<u>111.047</u>
	<u>215.662</u>	<u>446.900</u>	<u>662.562</u>

O financiamento do Banco do Nordeste do Brasil está garantido por hipotecas sobre o conjunto industrial da companhia e mediante aval pessoal dos diretores. O financiamento do Banco do Brasil está garantido por duplicatas a receber no montante de Cr\$ 38.721 e por matérias primas no valor de Cr\$ 179.460.

NOTA 4 — CAPITAL

1. No decorrer do exercício, o capital da companhia foi aumentado por Cr\$ 3.260.246, assim integralizado:

	Cr\$
Aproveitamento de reservas	31.841
Lucros em Suspensão	112.659
Correção monetária do ativo imobilizado	254.537
Recursos de incentivos fiscais — Art. 34/18	2.133.856
Recursos próprios	727.353
	<u>3.260.246</u>

2. O capital está representado por 6.948.874 ações no valor nominal de Cr\$ 1 cada, das seguintes classes:

	Número de ações
Tipo A — Ordinárias Nominativas, endossáveis	2.082.853
Tipo B — Ordinárias nominativas, intransferíveis pelo prazo de 5 anos, contados da data em que o projeto a critério da SUDENE, alcançar a fase normal de funcionamento	171.193
Tipo C — Preferenciais, nominativas, intransferíveis pelo prazo de 5 anos, contados da data em que o projeto a critério da SUDENE, alcançar a fase normal de funcionamento sem direito a voto e com dividendo não cumulativo de 12% ao ano	4.714.828
	<u>6.948.874</u>

Consoante deliberação da assembléa geral extraordinária de acionistas realizada em 19 de agosto de 1971, foi extinta a classe de ações preferenciais tipo B, sendo as então emitidas transformadas em ações ordinárias tipo A. Na mesma oportunidade foi criada a classe de ações tipo B.

De acordo com cláusula existente no contrato assinado com o Banco do Nordeste do Brasil (Nota 3), não serão distribuídos dividendos em dinheiro às ações ordinárias durante o período de vigência do financiamento concedido.

NOTA 5 — IMPOSTOS DE RENDA

1. Nos termos da Lei 4.235, a empresa goza até 1973, da isenção de 50% do imposto de renda, devendo, todavia, constituir uma reserva no exercício subsequente àquele em que o imposto for devido. Do valor do imposto a pagar, pode ainda a empresa depositar 25% para aplicação em projetos aprovados pela SUDENE na área do Nordeste do Brasil ou reinvestir. A importância de Cr\$ 22.219 corresponde ao valor da isenção referente ao exercício de 1971.

2. As declarações do imposto de renda permanecem sujeitas a revisão fiscal durante um período de cinco anos, contados da data do exercício base.

Finalizando, manifestamos os sinceros agradecimentos da Diretoria a todos que colaboram conosco. A todo pessoal da empresa por sua prestimosa e sempre presente colaboração, nosso reconhecimento e gratidão pelo esforço comum e a certeza de alcançar-mos os objetivos a que nos propusemos.

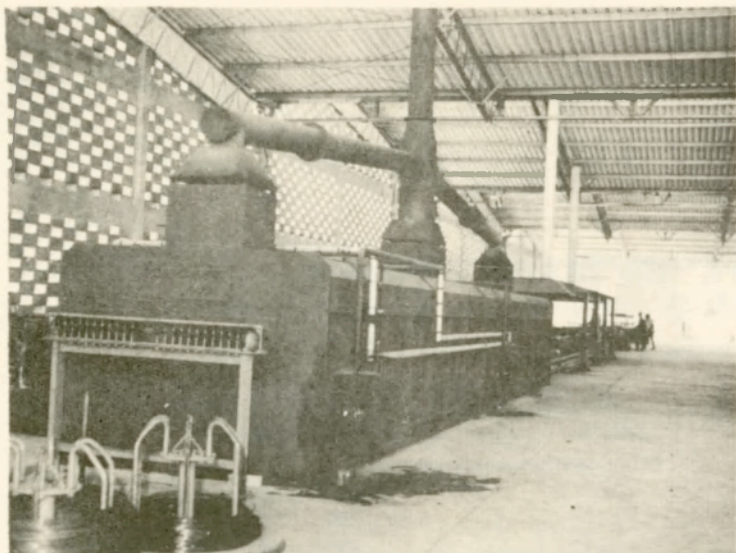
Natal, 15 de março de 1972

ADAUTO FERREIRA DA ROCHA
Diretor Presidente

ABELIRIO VASCONCELOS DA ROCHA
Diretor Superintendente

ANTONIO DUTRA SERRANO
Diretor Executivo

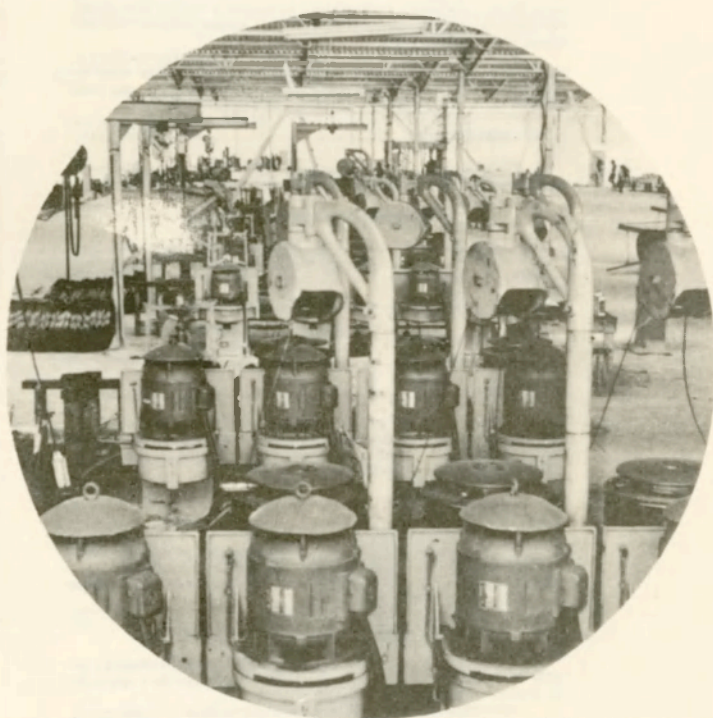
CRESO COSME DA SILVA
Diretor Executivo



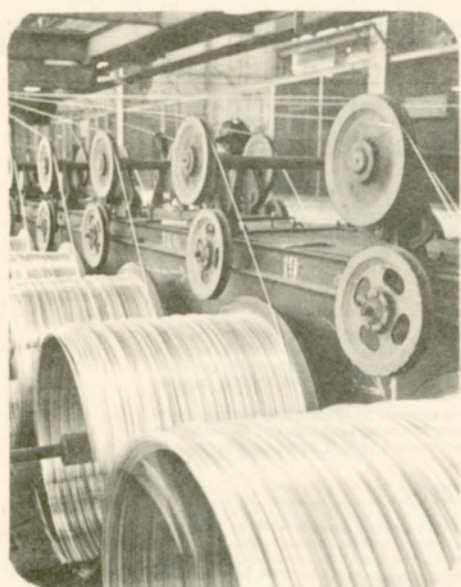
forno de recozimento contínuo

JOSSAN

Presta contas e anuncia a programação 72



trifilação de aço



linha final de galvanização

PRODUÇÃO EM KG.

arame farpado	2.244.000
arame liso galvanizado	600.000
arame preto recozido	180.000
arame entalhado p/ const. civil	700.000
pregos	1.200.000
grampos pretos	280.000
grampos galvanizados	600.000
total	5.812.000

esta é a nova fase da JOSSAN.

E você acionista já participa dos nossos lucros

A JOSSAN agradece sua colaboração. Ela foi muito importante

Viva um drama



para consertar seu carro

A faca de dois gumes que sempre constituiu a prestação de serviços especializados — com usuários reclamando e representantes contornando as deficiências — parece que corta mais do que qualquer outra em Natal quando chegamos às oficinas de conserto de automóveis. Na realidade os proprietários de carro em nossa capital vivem um eterno drama, acentuado cada vez que têm que levar o veículo a uma oficina, até para o conserto mais comum. A julgar pelas palavras da maioria, "só quem tem um "fusca" está com tudo" porque as oficinas para carros dêsse tipo proliferam, embora que muitas delas não valham a pena nem se passar na porta.

Não seja a deficiência de equipamento para atender aos defeitos dos veículos, a falta de espaço para acomodar maior número de carros ou até pessoal suficiente para os serviços — um outro fator concorre para a irregularidade no atendimento, de raízes até suspeitas: além dos representantes das diversas marcas de carro existem os comerciantes de automóveis, que alguns chamam de "atravessadores". Um carro adquirido num desses comerciantes geralmente não encontra atendimento rápido na oficina do representante, por razões óbvias. Mesmo se admitindo que esse expediente hoje está praticamente sanado em Natal, ainda existem resquícios de sua perniciosa existência

A DIFERENÇA

No intrincado mundo dos vendedores de carro sempre existirá essa discrepância. O representante da marca é o homem

que além de ter uma loja com unidades em exposição tem responsabilidade com a manutenção da oficina e o estoque de peças sobressalentes. Para o que precisa de um natural capital de giro, a partir da hora em que vai se estabelecer — segurança que a própria fábrica exige.

Já o simples comerciante de automóveis, mesmo com uma bem montada loja, não tem maiores responsabilidades. Ele adquire carros até mesmo no revendedor local, quando não em outras cidades da região e até no sul do país, pagando sempre à vista e quando negocia a unidade se exime, automaticamente, de qualquer pendência, com relação ao comprador.

— "O lucro do comerciante é imediato, ele geralmente não vende fiado, não fatura. Não tem despesas com pessoal especializado e o carro que ele vende no final vem cair na nossa oficina" — diz um revendedor que faz questão de omitir o nome por razões que esclarece serem para o bem do negócio.

O comerciante, por seu turno, defende-se e um deles — que também prefere ficar no anonimato — diz que "sem a nossa existência o revendedor autorizado estaria perdido. Muitas vezes nós é que o salvamos, adquirindo carros de suas cotas mensais que ficariam encalhados, já às vésperas da chegada da nova cota. E sempre pagamos na boca do cofre. Depois, com mais um carro na praça, ele é quem vai ter lucro, pois vai vender mais peças, vai ter mais serviço para a sua oficina".

Como se vê, o jogo começa "em casa" para continuar se irradiando até atingir o comprador. Na hora de levar o carro para a oficina a coisa se complica.

O problema é aparentemente muito sério, porque as pessoas ouvidas para esta reportagem sempre fizeram questão de se resguardar na omissão da identidade. Como o médico que possui um Dodge Dart, adquirido no representante:

— "Atendimento na oficina, há. Mas deficiente, entende? Uma coisa que pode até ser justificada: trata-se de uma revenda nova em nossa praça. A procura do carro está excedendo as expectativas. Já existe grande número de veículos rodando. E é natural que a oficina falhe, porque existe muita procura. Mas já era tempo de se procurar atender melhor, justamente porque a praça já assim exige".

LINHA CRYSLER

No caso dos carros Dodge Dart a firma Jotapinto Veículos Ltda., através da secretária executiva Maria Ione de Assis explica que todos os carros da Chrysler do Brasil vendidos em Natal (Dodge Sedan, Cupê, LS e o sofisticado TL) são atendidos normalmente nas oficinas da rua Ferro Cardoso.

— "A oficina está capacitada para qualquer tipo de serviço da nossa linha e damos 15 dias de garantia pelo trabalho executado" — diz ela.

O atendimento para defeitos simples, até 20.000 quilômetros é que leva essa garantia. No caso de uma revisão (sem necessidade de serviços extras) o serviço pode ficar por Cr\$ 70,00.

— "Em geral os nossos carros não oferecem problemas corriqueiros e sempre estamos fazendo revisão natural" — acrescenta.

Em Natal há pouco tempo, a firma paraibana Jotapinto Veículos Ltda., já vendeu hoje cerca de 140 carros da linha Chrysler, inclusive para o interior. Todas essas unidades chegam à sua oficina, numa média de 15 por dia, inclusive para pintura geral que custa entre Cr\$ 700,00 e Cr\$ 800,00..

Para Maria Ione de Assis a oficina da firma só enfrenta algum problema quando ocorre haver muitos carros para atendimento num só dia. No caso de peças so-

10.000 Km. A oficina da rua Alexandrino de Alencar, mantida pela firma revendedora Santos & Cia. Ltda., executa todos os serviços, excessão de lavagem. No caso do Galaxie também não pinta.

— “A pintura do Galaxie é muito complicada” — diz o gerente da oficina, Raimundo Barbosa de Souza. Requer equipamentos especializados, inclusive estufa para desvio de ar”. E acrescenta que em Natal existe uma oficina particular espe-

vrolet. Será também outra oficina que sem dúvida dará conta da procura de serviços, mesmo porque o Opala é atualmente um dos carros que existem em maior número em Natal.

MAIS SEGURO

O que faz as oficinas dos revendedores abarrotarem é sem dúvida o fato do dono do carro preferir sempre a garantia do serviço da própria fábrica. O que so-



Para Maria Ione de Assis
“A oficina está capacitada”



“A pintura do Galaxie é muito complicada”
— diz Raimundo Barbosa

bressalentes, não havendo em estoque, chega-se até a tirá-las de unidades em exposição, para atender logo ao cliente.

DUAS VOLKS

Os carros da linha Volkswagen são, a rigor, os mais bem atendidos em nossa praça. Além de haver na cidade dois revendedores autorizados (Distribuidora de Automóveis Seridó e Marpas S. A.) existem dezenas de mecânicos que conhecem os segredos do popular automóvel.

Na Seridó são atendidos em média 35 carros por dia, para serviços que vão desde lavagem a lanternagem, revisão geral, circuitos elétricos. São 52 operários treinados, funcionando nêsse atendimento e segundo o sr. José Pinto Freire “não atendemos outro tipo de carro porque não temos condições”.

Em Marpas S. A. segundo o sr. Mucio Fonseca, uma revisão geral de Volks custa Cr\$ 35,25. Uma pintura geral, Cr\$ 940,00.

FORD WILLYS

Os carros da linha Ford-Willys (Corcel, Galaxie, Jeep, Rural e caminhões) têm garantia de serviço grátis para dois tipos: Corcel até 5.000 Km e Galaxie com

cializada em pintura de Galaxie, a Ipiranga, do sr. Geraldo Manso, que cobra por volta de Cr\$ 2.000,00 por uma.

A Ford-Willys local atende uma média de 20 carros em sua oficina e dos 24 operários que lá trabalham, quatro tem estágio na fábrica e seis são especialistas em Corcel. A mão de obra de uma revisão Cr\$ 42,00 até 10.000 Km. A cada 10.000 Km. — o preço aumenta Cr\$ 10,00 — chegando a Cr\$ 93,00 para o carro de 100.000 Km — ponto máximo que representa “a primeira vida de um carro”.

OPALA VAI MAL ?

Entre os proprietários de carro em Natal os que mais reclamam quanto aos serviços de oficina são os que possuem Opala. Mal grado o que o sr. Arnaldo Alves, da firma A. Alves & Cia., disse que a linha Chevrolet tem atendimento normal em suas oficinas e esporadicamente eles chegam até a atender a outras marcas.

Lá, todo o pessoal é treinado na fábrica.

Para satisfação dos que possuem Opala podemos adiantar que dentro de breves dias se instala em nossa capital outra firma especializada na linha Che-

brecarrega essas especializadas, gerando o mal estar do qual, certamente, os revendedores não têm culpa. E o próprio crescimento do negócio que o provoca.

E veja-se quantos carros circulam hoje nas ruas de Natal que se terá uma idéia de quanto é insuficiente o número de oficinas especializadas, entre nós.



É insuficiente o número de oficinas especializadas, entre nós.

Joel Dantas: "Chuva não se faz, se provoca"

Quando, por volta de 1960, um avião da Base Aérea de Natal e um pequeno tonel de adução concentrada de cloreto de sódio (sal de cozinha) pulverizado provocaram verdadeiros temporais da região de Lages até o interior cearense, ameaçando de arrombamento o açude Oros, os homens do sertão, revoltando-se contra o cientista Joel Dantas e seu grupo, disseram preferir a seca devastadora a sofrerem os "castigos de Deus" por causa da intromissão dos mortais "nas coisas lá de cima". Pouco tempo depois, não pelo fato das populações sertanejas não ter recebido bem, mas pela suspensão dos aviões da FAB — com a mudança do comando da Base — o projeto das chuvas provocadas foi interrompido em todo o Rio Grande do Norte.

Agora, porém, com quase 60 anos e com os seus métodos de provocar chuvas mais aperfeiçoados, Joel quer reiniciar este ano as experiências, custe o que custar. Se conseguir avião, melhor. Se não, fará todo o trabalho no quintal de sua casa, à avenida Deodoro, onde funciona o seu pre-vestibular da área Tecnológica. Há uma série de dificuldades materiais, aumentadas pelo fato de não existirem pessoas interessadas no assunto, que possam colaborar. Contudo, o pesquisador natalense espera superá-las com a sua convicção de que essa é a melhor maneira de solucionar o problema da estuagem prolongada no Nordeste. Mesmo que precise gastar de seu bolso.

EVOLUÇÃO DO PROCESSO

As primeiras experiências de chuvas provocadas datam da década de 20. Começou pelo método da livre tentativa, com a utilização de várias substâncias que poderiam fazer, ou estimular, a condensação dos vapores d'água das nuvens. E os resultados foram os mais oscilantes.

Em 1945, o brasileiro Frederico de Marco, com o auxílio de aviões, lançou nas nuvens ar líquido, iodeto de prata, cloreto de sódio, água oxigenada e outras substâncias. Em 46, Vicente Schaeffer e Irving Langmuir, do laboratório da General Electric, em Portland, EUA, iniciaram experiências de nucleação empregando gelo seco (monóxido de carbono). Ficou

provado, então, que proporcionando-se um núcleo, as partículas de vapor logo se agrupam formando a gota d'água que não pode resistir à força de gravidade da Terra. E também que o cloreto de sódio, além de mais econômico, é uma das substâncias mais eficientes na formação desse processo.

No Brasil outros nomes se interessaram pelas experiências: Janot Pacheco, Jules Villet, Julius Laucevicuis. No Nordeste os primeiros passos foram dados por João Ramos, Mauro Botelho, Abnol Gondim e Halley Barroso, fundando no Ceará, em 1959, o Biro de Estudo das Secas. Mas antes da fundação do Birô eles realizaram nucleações diversas, contando com a participação de Joel Dantas, também sócio do BES.

PERSEVERANÇA DO CIENTISTA

O cientista Joel Dantas desde a preadolescência é um apaixonado pela Física. Cego, dos sete aos 31 anos, pedia que lessem para ele os livros especializados, principalmente as questões de ótica, pois acreditava que voltaria a ver. Isso veio a acontecer quando recebeu um olho transplantado, que lhe tem sido muito útil em suas pesquisas. É professor de Física desde 1954, fundador e diretor do primeiro pre-vestibular da cidade, consome duas carteiras e meia de cigarros, diariamente, e às vezes mais, quando preocupado, não escondendo que "ensinei transplantes, em Natal, antes da Faculdade de Medicina".

Em 1940, passou a interessar-se pelo estudo de Meteorologia, tentando, de início, encontrar apoio científico para algumas das experiências dos "profetas" sertanejos. Fez um estudo das condições climáticas do Estado, a partir de um pequeno laboratório que tinha apenas um higrômetro, um barômetro e um termômetro. E, em abril de 1959, começou a pôr em prática as suas teorias, depois que a Assembleia Legislativa, atendendo a proposição do então deputado Olavo Monte negro, afirmou para se conseguir o apoio da FAB nas experiências. O Rio Grande do Norte foi dividido em três zonas e de vez em vez caíram chuvas provocadas por sobre grandes extensões, embora nem todas as vezes isso possa acontecer.



Se, por um lado, Joel Dantas combate a expressão "chuva artificial", porque "não se faz chuva, se provoca", por outro, ele espera, no futuro, fazer chuva mesmo, já que descobriu que o fenômeno da provocação tem base na ionização do ambiente.

— Meu grande desejo é realizar experiências práticas pondo em prova a hipótese admitida por mim, em 1960, e que foi publicada no livro "Atmosfera", de R. Argentiére.

Para tanto já montou a primeira parte de um aparelho eletrônico que permitirá a ionização de uma nuvem, mesmo estando em terra, através da doação de elétrons. Formado o desequilíbrio inicial na nuvem, as demais reações se sucederão em cadeia.

ESTE ANO SAI

Este ano, segundo as pesquisas do professor Joel, há muita possibilidade de inverno irregular. Por isso ele está entusiasmado para recomeçar tudo, mesmo sozinho.

Em países como Estados Unidos e União Soviética, as chuvas provocadas são utilizadas em muitas regiões, existindo, inclusive, empresas especializadas nesse trabalho. Aqui são poucos os que acreditam nessa técnica, quase nenhum. E para completar o próprio homem do campo, que mais necessita dela, acha mais viável fazer preces e rezas a São José para a água cair no chão.

Caso a FAB aceite participar, em breve se pode ter no Estado resultados semelhantes ao do Ceará, onde, até na capital, a ionização é feita periodicamente. Utilizando-se de aviões e pilotos nas horas de treinamento, Joel espera não onerar o atual Centro de Formação de Pilotos Militares.

Mas não será a qualquer momento que se poderá realizar a experiência. A chuva não depende apenas de um núcleo para condensar os vapores. Outros fatores tem influência decisiva no processo, como o estado higrométrico do ar (relação entre a quantidade de vapor e a tensão máxima desse vapor), pressão atmosférica (sujeita a variações sistemáticas e acidentais) e temperatura.

Joel Dantas: "Chuva não se faz se provoca"



Joel Dantas, 52 anos, é um homem de poucas palavras, mas de muita presença. Ele nasceu em São Paulo, mas vive há muitos anos em Brasília, onde trabalha como consultor em empresas de tecnologia. Seu rosto é marcado por uma expressão séria, refletindo a sua personalidade reservada. Ele fala com clareza e objetividade, sem rodeios. Durante a entrevista, ele aborda temas como a importância da educação, o papel da família e os desafios da vida moderna. Ele acredita que a chuva não se faz, mas se provoca, e que a vida é uma constante busca por significado e propósito. Ele também menciona a importância de manter-se atualizado e de ter uma boa rede de contatos. Ele termina a entrevista dizendo que a vida é curta e que devemos aproveitar cada momento.

Joel Dantas é um homem de poucas palavras, mas de muita presença. Ele nasceu em São Paulo, mas vive há muitos anos em Brasília, onde trabalha como consultor em empresas de tecnologia. Seu rosto é marcado por uma expressão séria, refletindo a sua personalidade reservada. Ele fala com clareza e objetividade, sem rodeios. Durante a entrevista, ele aborda temas como a importância da educação, o papel da família e os desafios da vida moderna. Ele acredita que a chuva não se faz, mas se provoca, e que a vida é uma constante busca por significado e propósito. Ele também menciona a importância de manter-se atualizado e de ter uma boa rede de contatos. Ele termina a entrevista dizendo que a vida é curta e que devemos aproveitar cada momento.

Joel Dantas é um homem de poucas palavras, mas de muita presença. Ele nasceu em São Paulo, mas vive há muitos anos em Brasília, onde trabalha como consultor em empresas de tecnologia. Seu rosto é marcado por uma expressão séria, refletindo a sua personalidade reservada. Ele fala com clareza e objetividade, sem rodeios. Durante a entrevista, ele aborda temas como a importância da educação, o papel da família e os desafios da vida moderna. Ele acredita que a chuva não se faz, mas se provoca, e que a vida é uma constante busca por significado e propósito. Ele também menciona a importância de manter-se atualizado e de ter uma boa rede de contatos. Ele termina a entrevista dizendo que a vida é curta e que devemos aproveitar cada momento.

Cooperativa também aumenta receita

Num Estado carente de recursos financeiros, castigado por crises de produção e de mercado, como o Rio Grande do Norte, cooperativismo, para muitos setores apresenta-se como a única solução. Nem sempre, porém, as cooperativas fundadas no RN corresponderam ou correspondem aos objetivos que lhes motivaram o surgimento e terminam como experiências falidas que só contribuem para o descrédito do sistema cooperativista e, não raras vezes, funcionando como agravante do problema econômico.

Isto porque não é o simples fato de se criar uma cooperativa que irá garantir êxito ao empreendimento, benefício certo a todos os associados, levantamento de comércio de um produto. Este o primeiro passo, que deve ser seguido de um esforço continuado, com a entidade recebendo boa orientação técnica, procurando aperfeiçoar-se e não apenas ficar servindo de instrumento político. É necessário cumprir a lei cooperativista, de grande rigidez para com as entidades desorganizadas e que o Departamento de Cooperativismo e Orientação Rural — DCOR — um órgão da Secretaria de Agricultura, está fazendo cumprir em todo o Estado. E só a partir daí é que a maioria poderá atingir os níveis elevados e muito positivos privilégio atual de umas três, dentre quase 200 existentes.

O DCOR

Ao reporter de RN-ECONÔMICO, Antenor Pereira Madruga, diretor do DCOR, explicou as diretrizes que norteiam a ação do órgão. Ele, (o DCOR) atua apoiado pelo Governo do Estado, mas recebendo a orientação do INCRA, a que serve diretamente, já que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária tem competência jurídica sobre 150 cooperativas estaduais.

Desse número a maioria está irregular, muitas já se encontram paralizadas e poucas apresentam condições de funcionamento dentro das exigências dos decretos 59 e 60.597 e da lei cooperativista de 16 de dezembro do ano passado. Enquanto outras já estão com a sua sorte selada: terão que ser fechadas já.

Antes o DCOR limitava-se a fornecer orientação técnica e contábil às cooperativas. Só. Mas, ampliando a sua assistência, agora também está elaborando pe-

quenos projetos e lutando juntos aos bancos para a concessão de financiamentos. O QUE SE FEZ

É verdade que outros órgãos prestam assistência às cooperativas, como a ANCAR e o INCRA, mas, em obediência à sua nova política, o DCOR vem tendo uma participação decisiva em todas elas.

O sr. Antenor Madruga informou que o ano passado percorreu os municípios do Estado, observando o funcionamento das cooperativas. Verificou que o espectro do interesse político está presente na maioria, que não conheceu nenhum trabalho prévio para a sua constituição, tendo, por isso mesmo, já solicitado o cancelamento de 80 registros.

Em 71, o DCOR assinou convênios no valor de Cr\$ 60.000,00, restaurou as cooperativas de Grossos, Martins e Pedro Avellino e iniciou a restauração da de Luis Gomes. Ainda o ano passado conseguiu que 20% dos recursos do Banco de Crédito Cooperativo destinados ao Nordeste, para aplicação da resolução 165, fossem desviados para a execução de 12 projetos de construção de açudes, perfuração de poços e formação de campos de algodão. UMARIZAL, O MODELO

A Cooperativa Agro-Pecuária do Médio-Oeste Potiguar Ltda., de Umarizal, é uma das poucas, talvez a única, que apresenta boas condições de funcionamento. Contando com recursos do Banco do Nordeste, da ordem de Cr\$ 2.450,00, a CAMP tem feito a comercialização de algodão, beneficiando-o em sua usina. E os seus associados foram os plantadores que mais tiveram lucro, já que o algodão beneficiado foi vendido a Cr\$ 19,00 a arroba. Atualmente, a Cooperativa está executando 60 projetos de construção de pequenos açudes. Esses projetos são financiados pelo Banco de Crédito Cooperativo.

Por sua vez, a Cooperativa dos Salineiros de Grossos, restaurada, passará a oferecer ao Estado, a partir deste ano, mais de Cr\$ 500 mil em impostos, compensando, assim, o investimento do Governo financiando um gerente técnico para administrá-la. PARA 72

A nova lei cooperativista, entre outras exigências, determina que as entidades qualquer que seja a especialidade (produção, consumo, crédito, agro pecuário,



Antenor Madruga: o espectro do interesse político está presente na maioria

agrícola, escolar, mista), se filiem à Organização das Cooperativas Brasileiras — OCB —; que todas concentrem esforços para se tornarem empresas, permitindo, por outro lado, a remuneração dos membros da diretoria e abrindo uma vaga para a existência de uma seção de crédito nas cooperativas mistas. E é por ela que o DCOR tem se norteado.

Para este ano, são metas do Departamento:

- Incentivar e apoiar a política de açudagem do Governo do Estado: estão sendo elaborados projetos para a construção de mil açudes, financiados pelo Banco do Nordeste.

- Instalar uma usina de algodão e óleo em Currais Novos.

- Restaurar uma cooperativa em Moçoró, visando a implantação de um projeto de beneficiamento do caju.

- Instalar uma cooperativa-piloto de colonização, em João Câmara, para o aproveitamento de terras do Estado.

- Comercializar a cera de carnaúba, através da Cooperativa de Açú, eliminando definitivamente o intermediário.

- Instalar nas cooperativas dos municípios onde não existam Casas do Agricultor, seções de revenda de material agrícola, em convênio com a COFAN.

O Departamento de Cooperativismo e Orientação Rural também está sendo responsável pela administração das terras de domínio do Estado.

Para atender satisfatoriamente a essa incumbência era preciso, porém, uma nova lei de terra, que viesse a substituir a de 1887, até há pouco em vigor, totalmente desatualizada e inaplicável. Essa nova lei foi regulamentada e aprovada e depois que começou a vigorar mais de 10 mil requerimentos de regularização de terras já foram feitos e outros, que deram entrada na Secretaria de Agricultura há mais de 35 anos, atendidos.

A regularização de mais de 80% das propriedades do Rio Grande do Norte proporcionará uma injeção nas finanças do Estado das mais significativas, pois serão milhares de novos contribuintes com que a Secretaria da Fazenda contará.

Novo destino para Carnaúba do RN: o assoalho e o sapato

Até bem pouco tempo a cera de carnaúba do Rio Grande do Norte tinha um mercado consumidor garantido: a fabricação de discos musicais e aplicação de outros produtos de menor importância. Quando o virilino tomou seu lugar na confecção de discos, a carnaúba perdeu o seu valor principal.

Mas agora ela tem novo mercado. É o próprio mercado norte-riograndense, com a implantação de uma indústria que vai utilizá-la como a mais importante matéria prima, na fabricação de cera para assoalho, pasta para sapato, lustra móveis e polidor pra veículos.

O PROJETO

Merecendo destaque da imprensa por ter sido o único projeto do Rio Grande do Norte, na pauta da 141a. Reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, realizada em Natal, quando outros projetos deixaram de ser apreciados, porque não possuíam a devida documentação, "Ceras Industrial Ltda. — CIL", foi aprovada por unanimidade.

A empresa tem como produto principal, a cera para assoalho e pasta para sapatos. A área de comercialização para os produtos será o Nordeste, com destaque especial de suas capitais, havendo igualmente possibilidade de exportar para outras regiões.

CÉRA PARA ASSOALHO

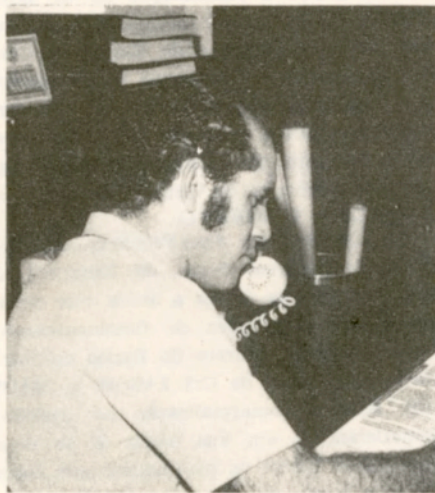
Produto utilizado na limpeza doméstica, tem consumo garantido, em todas as faixas de rendimento da população. O consumo projetado para 1972 é de 5.909.400 quilos, em 1973 é de 6.190.454 quilos e, em 1974 é de 6.519.927 quilos.

Atualmente, a oferta de cera para assoalho na região, é originária, quase que totalmente, do Centro-Sul e de uma fábrica de maior porte em Pernambuco. A CIL vai comercializar, sem maiores dificuldades sua produção de 900 toneladas, por ano.

PASTA PARA SAPATOS

O Nordeste deverá utilizar este ano 375.593 quilos de pasta para sapatos, em 1973 — 393.663 e em 1974 — 412.619 quilos. É um produto de uso mais generalizado e popular, cujos hábitos já são bastantes tradicionais.

O suprimento das necessidades regionais tem sido realizado até então, por importação do Centro/Sul, porquanto não existe nenhum registro de produção regional. A oferta não atenderá a demanda prevista para os anos de 73 e 74, a qual estará em torno de 400 toneladas.



Jomar Alecrim e Benivaldo Azevedo São os gerentes da CIL

A EMPRESA

Será implantada em Natal e uma das grandes vantagens é que o Rio Grande do Norte — um dos principais produtores brasileiros da cera de carnaúba — o que traz grande economicidade ao projeto, pois trata-se da matéria-prima básica.

O terreno, de área aproximada de 4.000 metros quadrados, será adquirido pelo Banco de Desenvolvimento, em troca de ações preferenciais. A área construída de 1.590 metros quadrados, enquanto

os equipamentos são todos de origem nacional, oferecendo grande flexibilidade, podendo ser aproveitados para fabricação de vários outros produtos, sem necessitar de qualquer adaptação.

O QUE CONSUMIRÁ

Cêras Industrial vai utilizar, como matéria prima, 110.250 quilos de cera de carnaúba, e, ainda — cera de abelha, parafina, silicone L-45, silicone RS 23, silicone E-I, silicone fluída, anilina vermelha, anilina verde, anilina preta, anilina marrom, dióxido de titânio, estearina,

bentonita, carbonato de sódio, glicerina, óleo mineral, sulfato de sódio e solvente.

Consumirá como material de embalagem: latas litografadas para cera de assoalho, pasta de sapato, polidor de automóveis; vidros de 200 ml, caixas de papelão ondulado, rólhas metálicas, rótulos impressos a cores.

Como outros insumos — fuel oil, gasolina, óleo lubrificante, graxa lubrificante, energia elétrica e água.

Com vistas à sua produção, CIL utilizará um sistema vertical (por gravidade)

que acarretará grande economicidade à indústria, uma vez que dispensa os meios mecânicos para movimentação de material em processamento.

O seu processo produtivo é dos mais simples, não envolvendo complexas operações, podendo ser resumido nas seguintes fases: a) abastecimento dos insumos para o ciclo produtivo, através de um monta-carga; b) fusão das ceras em dissolutores; c) preparo das anilinas em dissolutores próprios; d) mistura — as ceras liquificadas e anilinas em estado lí-

quido são misturados nos reatores com os demais insumos necessários; e) recuperação de solvente através de condensador-refluxo; f) filtração em filtros blindados; g) embalagem, rotulagem; h) armazenamento e expedição.

A execução do empreendimento "Ceras Industrial Ltda. — CIL", proporcionará entre outras, as seguintes vantagens para a região nordestina: criação de 45 oportunidades de empregos diretos e elevação dos padrões da mão de obra, concorrendo, inclusive, para sua fixação no Nordeste.



Venha ver como é fácil resolver problemas de família.

Dizem... casa própria e carro na porta ajudam muito uma família a ser feliz...

Mas nem todos os carros ajudam a resolver problemas.

Pelo contrário, alguns até criam.

Já que o tema é família, vamos falar da Variant. A Variant serve para longas e pequenas viagens.

Para férias prolongadas e para rápidos fins-de-semana. Serve para o dia-a-dia da cidade, transportando confortavelmente e com economia adultos e crianças.

É justamente aí que a Variant é o carro ideal. Não dá problemas, gasta pouco e está sempre trabalhando.

E como cabem coisas nos seus dois porta-malas...

Esse seu Revendedor Autorizado Volkswagen entende muito bem desses tipos de problemas em família, e coloca à sua disposição uma Variant.

Temos condições e facilidades de pagamento excepcionais. Não agradeça. Toda família merece o nosso carinho.

REVENDEDOR AUTORIZADO VOLKSWAGEN

MARPAS S. A.

Av. Tavares de Lira, 159



REVENDEDOR
AUTORIZADO

OFF SET

**PERFIS
INDUSTRIAIS**

**TALÕES
DE CHEQUE**

**MATERIAL
DE EXPEDIENTE**

(Papeis para carta, memorando, envelopes)

**AÇÕES E
DIPLOMAS**

COM A APRESENTAÇÃO
GRÁFICA QUE SÓ O
SISTEMA OFFSET PODE
OFERECER

Rio Branco 325

Tel. 21-40

• aqui começam
a surgir novas luzes para o
• esporte do **RN**
•
•



•
•
O governador Cortez Pereira e o prefeito Jorge Ivan Cascudo Rodrigues assinaram contrato com THOMER SABÓIA COMÉRCIO E ENGENHARIA para implantação das estações abaixadoras e elevadoras do Estádio de Lagoa Nova. Isto quer dizer que a mais moderna técnica de iluminação será usada no nosso palco da MINI COPA, oferecendo as melhores condições para atletas e expectadores. Não é à toa que o Estádio de Lagôa Nova trará novas luzes para o nosso esporte.

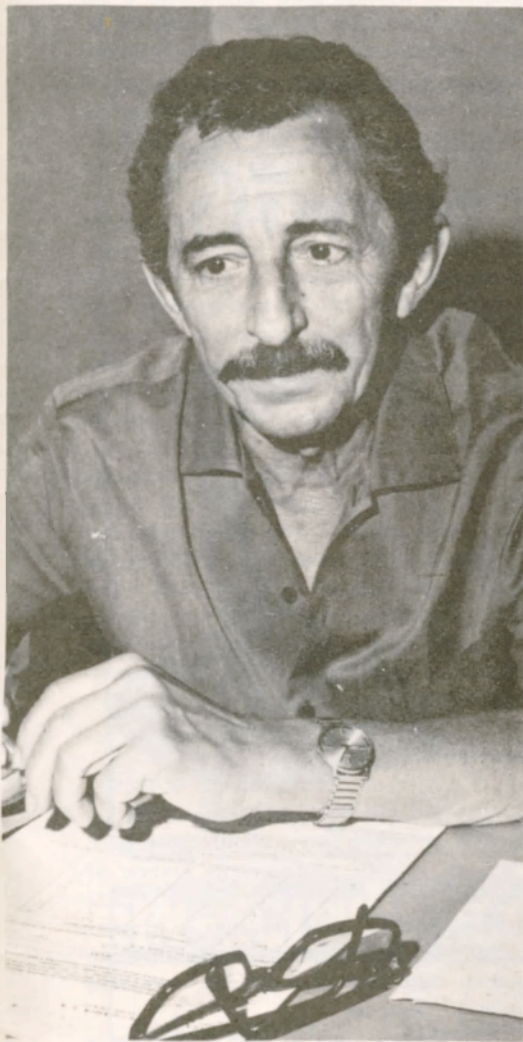
THOMER SABÓIA
COMERCIO E ENGENHARIA
representante em natal: **F. BEZERRIL**

Empresarios julgam Cortez:

Agropecuária - Nota dez

José Cortez Pereira de Araújo, 47 anos de idade, advogado, professor universitário, natural de Currais Novos, está sabendo governar o Estado do Rio Grande do Norte. Esta é a conclusão, unânime, dos líderes empresariais do Estado, baseados no seu primeiro ano de governo.

O Governo dedicou atenção especial a agricultura, mas não se esqueceu dos problemas de telecomunicações, da educação, da saúde, da energia, do abastecimento d'água, dentro dos limitados recursos que dispõe o Rio Grande do Norte.



WANDICK LOPES

"A atuação de Cortez Pereira é fabulosa".

Através da Secretaria da Agricultura e das Casas do Agricultor, a administração Cortez Pereira desenvolveu três planos de infra-estrutura: a) construção de pequenos e médios açudes; b) aquisição de tratores, que serão alugados a preços razoáveis aos agricultores; c) produção de sementes selecionadas de algodão e milho.

Paralelamente, leva a eletrificação rural às fazendas, perfura poços tubulares, integra-se ao Prorural, luta pela irrigação dos vales úmidos. Não há obras de grandes investimentos, as verbas são diversificadas, abrangendo todas as regiões do Estado.

ELETRIFICAÇÃO

Como infra-estrutura ao desenvolvimento econômico, o Governo executou os programas de complementação da rede básica; programas de implantação de novas obras visando a alargar a oferta de capital social básico e os programas de eletrificação.

A COSERN construiu a sub-estação de Parnamirim, as linhas de transmissão, permitindo a ligação de mais 8 comunidades e a construção de redes de distribuição de energia em Serrinha, Brejinho, São Miguel, Riacho de Santana e Coronel João Pessoa, rede de distribuição do núcleo do INCRA-PIUM, ampliação da rede de distribuição de Caicó.

RODOVIAS

Com investimentos superiores a 15 milhões de cruzeiros, construiu parte da rede rodoviária, num programa de integração entre o Rio Grande do Norte e os demais Estados do Nordeste: rede básica de rodovias estaduais e reaparelhamento e reequipamento do DER.

Atacou a rodovia BR-227, rodovia Angicos São Rafael, construiu pontes e concluiu a pavimentação do trecho Garcho-São Gonçalo, além de aterros, conservação de estradas não pavimentadas

TELECOMUNICAÇÃO

No dia 15 de setembro será inaugurada a nova estação telefônica de Natal,

com quatro mil linhas e, no próximo ano terá oito mil linhas. A estação de Natal, inaugurada em 1952, será instalada em outras cidades. A TELERN está inaugurando sistema de micro-ondas em vários municípios.

Também foi realizada ampliação dos circuitos de Mossoró e Caicó, permitindo a ampliação do número de canais das duas cidades, com recursos dispendidos em torno de 60 mil cruzeiros. Os investimentos totais no programa de telecomunicações, em 1971, elevaram-se a quase 6 milhões de cruzeiros.

SANEAMENTO

No setor de saneamento, destacam-se: sistema de abastecimento d'água de São José de Mipibú, ampliação de três estações de captação d'água, no sistema de abastecimento de Natal, substituição do equipamento da estação elevatória do Jiqui, construção da estação elevatória do poço Moacir Vasconcelos, em Mossoró, perfuração do poço Monsenhor Mata.



NELSON ROCHA

"Neste primeiro ano de administração, ele fez o que podia fazer".

Ainda foram executados levantamentos topográficos e projetos de sistema de abastecimento d'água e esgotos sanitários, que abrangerão 15 cidades do interior. Os recursos totais dispendidos em obras de saneamento, em 1971, elevaram-se a mais de 1,6 milhões de cruzeiros.

MINERAÇÃO

O Governo do Estado tem como meta o aproveitamento do potencial mineral do Rio Grande do Norte, e para tanto, deu uma nova feição a CASOL, que centralizou suas atividades, principalmente, no cadastramento das jazidas de scheelitas, prospecção de jazidas minerais, material de interpretação de fotografias aéreas e orientação técnica aos mineradores do Estado.

Ainda a CASOL promoveu a perfuração de poços tubulares, adquiriu perfuratrizes pneumáticas (com capacidade para perfurar 100 poços por ano) e perfuratrizes rotativas leves (com capacidade para perfurar 50 poços por ano).

FINANCIAMENTO

Em 1971, foram financiadas através do Banco de Desenvolvimento (BDRN) 65 empresas, com investimento da ordem

dos Cr\$ 12,1 milhões de cruzeiros, destacando-se Cr\$ 6,4 milhões para indústria e Cr\$ 1,4 para agropecuária.

Já o Banco do Rio Grande do Norte teve seus depósitos elevados de Cr\$ 10 milhões para Cr\$ 34 milhões; as aplicações em crédito geral evoluíram de Cr\$ 17 milhões para Cr\$ 25,5 milhões, concedeu, através do Departamento de Crédito Industrial, financiamentos no valor global de Cr\$ 2 milhões.

JULGAMENTO DO EMPRESARIO

As lideranças empresariais, ouvidas pelo RN-ECONÔMICO, têm o seguinte julgamento, sobre o primeiro ano de administração Cortez Pereira:

ORLANDO GADELHA SIMAS, industrial — diretor de Simas Industrial — “O Governo cumpriu o que prometeu, principalmente no setor da agricultura sentimos a presença do Governador. No setor industrial nota-se a sua vontade de ajudar as indústrias e, nesse particular, é um homem incansável. A sua política de ajudagem é, realmente, acertadíssima, porque é com médios e pequenos açudes que se desenvolve a agropecuária noroeste-riograndense”.

WANDICK LOPES, comerciante e agropecuarista, diretor da Comercial Wandick Lopes e de MARISA — “A minha opinião é a melhor possível, principalmente quando vejo o Governo voltado para os problemas do homem do campo, promovendo a mecanização da lavoura e construindo açudes. A atuação de Cortez



O Governo deu grande prioridade a agricultura, onde não praticamente, a moto-mecanização

Pereira é fabulosa. Deu prioridade a infraestrutura ao mesmo tempo em que apoia projetos industriais e agropecuarios, através da cooperação do Banco de Desenvolvimento. Tudo isto reflete muito bem o que está fazendo e o que ainda vai fazer”.

NELSON ROCHA, industrial, diretor das Confecções Guararapes — “O que o Governo pode fazer numa terra pobre como esta? Neste primeiro ano de administração, ele fez o que podia fazer. Não obrou milagre, mas fez o que pôde. Parece-me bem intencionado em administrar. Já começa a aparecer alguma coisa de pequeno vulto. Acredito que se ele continuar com esta política de trabalho fará um bom governo. Tem o meu aplauso”.



ABEL JACOB DE MEDEIROS

— “Eu acho tarefa muito difícil se governar um Estado pobre”.

JOAO VERÍSSIMO DA NÓBREGA, industrial e comerciante, diretor de J. Veríssimo Comércio S/A e Salinas Veríssimo — “O Governador é um homem inteligente que está procurando trabalhar. Tem bons assessores como Osmundo Faria e Augusto Carlos de Viveiros. O programa de tratores para agricultores é um dos pontos altos de sua administração. Está procurando acertar. A área de maior atenção é agricultura, e isto está muito certo, porque ninguém pode viver só de indústria. É um governo que está acertando e tem apoio do Presidente da República”.

MARIO CARONI, industrial, diretor de DUBOM S/A, — “É um governo acessível aos empresários e que tem dado bastante apoio a iniciativa privada. Destaca-se a sua atenção a agricultura, com a aquisição de tratores, construção de açudes e o programa de sementes selecionadas. Também aplaudo o seu plano de telecomunicações”.

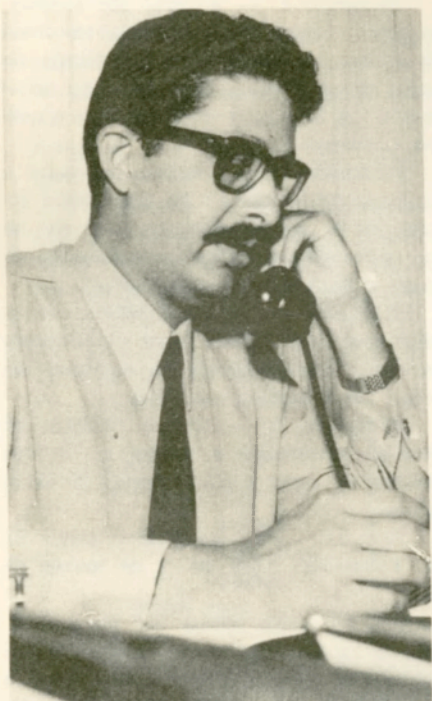
ABEL JACOB DE MEDEIROS, comerciante, diretor da Importadora de Ferragens Santa Maria — “Eu acho tarefa muito difícil se governar um Estado pobre como o Rio Grande do Norte, mas o que fez o Governador Cortez Pereira, a favor da nossa agricultura é o suficiente para credenciar qualquer administrador brasileiro no seu primeiro ano de Governo”.

OPINIAO DO TÉCNICO

O Chefe do Escritório da SUDENE, no Rio Grande do Norte, economista Liberato Carvalho, tem a seguinte opinião: “Há um volume relativamente grande de realizações em função da disponibilidade de recursos. Se pode ressaltar é a oportunidade desses investimentos, porque quanto mais escasso o recurso, mas bem aplicado deve ser”.

“O Governo deu grande prioridade a agricultura, onde não há, praticamente, a moto-mecanização, desenvolveu um programa intenso de pequenos e médios açu-

des num Estado que possui 90% de sua área, incluído no Polígono das Secas; a produção de sementes selecionadas de algodão e feijão com o apoio da SUDENE,



O economista Liberato Carvalho ressaltou na Educação o aumento do número de matrículas.

a venda de reprodutores registrados para melhorar a raça".

O economista Liberato Carvalho ressaltou na Educação o aumento do número de matrículas, com pouco investimentos; a construção de estradas e pontes e a conservação das rodovias não pavimentadas; a modernização do sistema de distribuição da energia em Natal e a racionalização da administrativa da empresa COSERN, que encampou a COMENSA.

"Registro também — diz Liberato — o grande apoio a SUDENE para constituição do sistema de planejamento agrícola; o sistema telefônico de Natal; os acordos financeiros com o BNII para implantação do sistema de abastecimento d'água no interior e ampliar o de Natal".

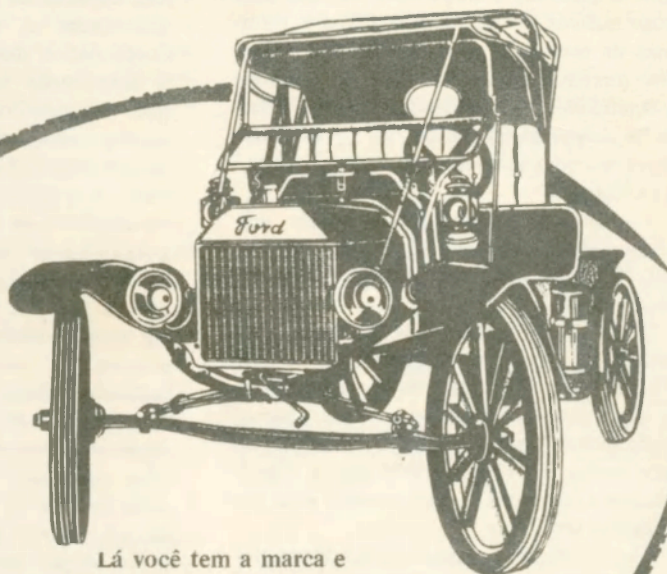
No setor de saúde tem um plano primordial, a implantação do levantamento de dados estatísticos e planejamento de saúde, complementado com a vinda do navio Hope.

INDUSTRIA

"Através dos bancos oficiais o Governo está financiando a indústria, antecipando os recursos que serão liberados pela SUDENE e financiamento para elaboração dos projetos, após a aprovação da carta-consulta pela SUDENE, além do programa de orientação técnica e financeira a pequenas e médias empresas".

"Não existe obras suntuosas — conclui o Chefe do Escritório da SUDENE — que absorvam a totalidade dos recursos do Estado, deixando os demais setores sem recursos. É uma das principais vantagens, porque a distribuição de recursos atende a todos os setores da economia e grande parte das aspirações sociais do povo".

Escôlha a marca,
o ano de fabricação,
o modêlo, a côr e plano
de financiamento...



Lá você tem a marca e
o ano que desejar.
Vale a pena uma visitinha



GERALDO FRANÇA VEICULOS

AV. Duque de Caxias, 111- Fone: 2315

Confecções

Dinan

— LTDA —



Confecções de roupas
profissionais de alta
qualidade

Av. Salgado Filho, 1597
Fone 22:00 — Natal — RN

RN-ECONÔMICO

Assinatura Anual:
Cr\$ 40,00

Contabilidade

Atualizada

Francisco Aires
Fabiano de Cristo

REGISTRO DO COMERCIO.

— SOCIEDADE ANÔNIMA —

Passos para o Arquivamento dos atos constitutivos e dos atos referentes a reforma dos estatutos.

A constituição das sociedades anônimas, com o surto do desenvolvimento da região Nordeste, vem sendo assunto de interesse dos técnicos, comerciantes e todos aqueles que lidam com esse tipo jurídico de sociedade. O Rio Grande do Norte, como membro-estado desta região também sentiu a necessidade de inteirar-se na sistemática da constituição destas sociedades. Com relação a essa mecânica a legislação específica (Decreto-Lei 2627 de 26 de setembro de 1940 — Lei das Sociedades Por Ações) nos seus Arts. 50 a 55 e seus parágrafos assim legisla:

— Nenhuma sociedade anônima ou companhia poderá funcionar, sem que sejam arquivados e publicados os seus atos constitutivos. — Os Atos relativos a reformas de estatutos, para serem válidos contra terceiros ficam sujeitos às mesmas formalidades, não podendo, todavia, à falta do cumprimento destas ser opostas aos terceiros de boa-fé pela sociedade ou por seus sócios.

— Se a companhia se constituir por deliberação da assembléia geral deverão ser arquivados no Registro do Comércio de sua sede:

a — Um exemplar dos estatutos assinados por todos os subscritores (art. 45 1.º) ou se a subscrição tiver sido pública, os originais dos estatutos e do prospecto, devidamente assinado pelos fundadores, bem como um exemplar do jornal oficial em que esses documentos tiverem sido publicados (art. 40 e 41).

b — relação completa autenticada pelos fundadores ou pelo Presidente da assembléia dos subscritores do capital social, na qual mencionaram a nacionalidade, o estado civil, a profissão, a residência o número de ações e o total das entradas de cada subscritor (Art. 42).

c — Documento que prove o depósito da décima parte do capital subscrito e o dinheiro (Art. 38 n.º 3) "exceto no caso das sociedades de capital autorizado".

d — A duplicata da ata da assembléia geral dos subscritores, que houver deliberado sobre a constituição da sociedade (Art. 44 § 5.º).

Se, para a formação do capital social,

tiveram entrado bens, que não dinheiro, deverão ser igualmente arquivadas as atas das assembléias dos subscritores, que houveram nomeado os peritos e aprovado o laudo de avaliação (Art. 5.º).

— Bastará o arquivamento de certidão da escritura pública, se a companhia ou sociedade anônima por meio de tal instrumento se houver constituído (art. 45 §§ 3.º 4.º).

— Cumpre ao Registro do Comércio (Junta Comercial) examinar se no ato de constituição da sociedade anônima ou companhia foram observadas as prescrições legais, como se nele houveram cláusulas contrárias à lei, ordem pública ou aos bons costumes. — Se o arquivamento fôr negado, por inobservância de prescrição ou exigência legal ou por simples irregularidades verificadas na constituição da sociedade, devem os primeiros diretores convocar imediatamente a assembléia geral dos acionistas, a fim de que sejam autorizadas por esta as providências necessárias para sanar a falta ou irregularidade. A instalação da assembléia obedecerá o disposto no art. 44, devendo a deliberação ser tomada por acionistas que representem, no mínimo, metade do capital social. Se a falta fôr dos estatutos, poderá ser sanada na mesma assembléia, a qual deliberará ainda sobre se a sociedade deve ou não promover a responsabilidade civil dos fundadores (art. 49) — Com a segunda via da ata da assembléia e a prova de ter sido sanada a falta ou irregularidade o Registro do Comércio procederá o arquivamento. A mesma fiscalização exercerá o Registro do Comércio nos casos de reforma ou alteração dos estatutos. Quando a sociedade anônima criar sucursais, filiais, ou agências, proceder-se-á na forma prevista em nossa seção do número 32 RN-ECONÔMICO página 44 edição janeiro.

— Arquivados os documentos relativos à constituição da sociedade, o Registro do Comércio (Junta Comercial) dará cópia autêntica ou certidão dos mes-

NOVAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA

Decreto-Lei n.º 1.198, de 27.12.71 — D.O.U. de 27.12.71.

É o seguinte, na íntegra, o decreto lei assinado pelo o Presidente Médici, que altera disposições da legislação do Imposto de Renda:

"Art. 1.º — O abatimento de juros de dividas pessoais fica limitado a 6% (seis por cento) da renda bruta auferida no ano-base, ressalvado do disposto no Parágrafo 1.º.

Parágrafo 1.º — Poderão ser abatidas as importâncias superiores ao resultado da aplicação do percentual fixado no caput deste artigo, desde que não excedam a Cr\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro cruzeiros).

Parágrafo 2.º — Continua em vigor o disposto no artigo 1.º do Decreto-lei n.º 1.188, de 21 de setembro de 1971, não se lhe aplicando as limitações constantes do caput e Parágrafo 1.º deste artigo.

Parágrafo 3.º — São mantidos os limites máximos globais para abatimentos da renda bruta auferida no ano-base, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo 4.º — Fica o Ministro da Fazenda autorizado a mudar os limites fixados no caput e no Parágrafo 1.º deste artigo.

Art. 2.º — Fica revogado o artigo 6.º do Decreto-lei 1.089, de 2 de março de 1970.

Art. 3.º — Na cédula "D" da declaração de rendimentos será permitida a dedução das despesas relacionadas com a atividade profissional, realizadas no decurso do ano-base e necessárias à percepção dos rendimentos e à manutenção da fonte produtora.

Parágrafo Unico — O Ministro da Fazenda poderá estabelecer limites e condições para a dedução das despesas a que refere este artigo.

Art. 4.º — Poderá o Ministro da Fazenda alterar os prazos de apresentação de declarações de Imposto de Renda, bem como escalonar a entrega das mesmas dentro do exercício financeiro.

Art. 5.º — Compete à União efetuar o pagamento da restituição do Imposto de Renda descontado a mais dos servidores dos Estados, Distrito Federal e municípios e incorporados às respectivas receitas, na forma autorizada na legislação em vigor.

Parágrafo 1.º — As importâncias restituídas de acordo com este Artigo serão debatidas à conta da pessoa jurídica de direito público retentora do imposto, no Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios ou no Fundo de Participação dos Municípios, e compensadas nas respectivas quotas de participação, na forma a ser estabelecida pelo Ministro da Fazenda.

Parágrafo 2.º — O disposto neste artigo aplica-se também às restituições do imposto referentes aos exercícios de 1970 e 1971.

Art. 6.º — Ficam sujeitas ao imposto de 4% (quatro por cento), mediante o desconto na fonte, como antecipação, as importâncias superiores a Cr\$ 345,00 (trezentos e quarenta e cinco cruzeiros), pagas ou creditadas em cada mês por pessoas jurídicas e sociedades civis a que se refere a letra "B" do parágrafo 1.º do

Artigo 18 da Lei n.º 4.154, de 28 de novembro de 1962, a título de comissões, corretagens, gratificações, honorários, direitos autorais ou remunerações por quaisquer serviços prestados.

Parágrafo 1.º — Quando as importâncias referidas no caput deste Artigo se destinarem a pessoas físicas, a retenção do imposto de Renda na fonte far-se-á mediante a alíquota de 8% (oito por cento).

Parágrafo 2.º — Nos rendimentos pagos a vendedores, viajantes comerciais, corretores ou representantes comerciais autônomos, sem vínculo empregatício com

Até	Renda Líq. Mensal	Alíquotas
1.326,00	a	Isento
1.505,00	a	5
1.953,00	a	8
2.645,00	a	10
Acima de	3.697,00	12
		15

Parágrafo Único — O imposto será calculado em cada classe sobre a porção de renda compreendida nos respectivos limites, desprezada a fração de renda inferior a Cr\$ 1,00 (um cruzeiro).

Art. 8.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NOVAMENTE EXIGIDO O CERTIFICADO DE HABILITAÇÃO DO CONTABILISTA

Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal, de número 43, de 20 de novembro último, estabeleceu a exigência de anexação às declarações de rendimentos das pessoas jurídicas do certificado de habilitação expedido pelos Conselhos Regionais de Contabilidade.

Pela nova orientação, o secretário da Receita Federal "no uso de suas atribuições" resolve determinar a todas as pessoas jurídicas a obrigatoriedade de anexação dos seguintes documentos:

a) recibo de entrega de declaração e notificação de lançamento, em duas vias;

b) informação de rendimentos pagos ou creditadas a terceiros remetidos ao Centro de Informações Econômico Fiscais (CINIEF), pelas respectivas repartições no caso de receita bruta operacional superior a dois milhões oitocentos e oitenta mil cruzeiros, no período base, ou a dois milhões e quatrocentos mil cruzeiros, no período imediatamente anterior, não se permitindo o uso de carbono;

c) informação de rendimentos pagos ou creditados a terceiros durante o ano civil de 1971, em uma única via;

d) certificado do Conselho Regional de Contabilidade para empresas, com tributação baseada no lucro real".

a empresa vendedora, o imposto será retido à alíquota de 7% (sete por cento).

Parágrafo 3.º — O disposto neste Artigo não se aplica à rendimentos pagos ou creditados a titulares, diretores, administradores, sócios ou empregados da fonte pagadora dos rendimentos.

Parágrafo 4.º — Os empreiteiros de obras, pessoas físicas, ficam abrangidos pelo disposto no parágrafo 1.º deste Artigo.

Art. 7.º — Aos rendimentos do trabalho assalariado, sujeitos ao desconto do Imposto de Renda na fonte, aplicar-se-ão alíquotas progressivas de acordo com a seguinte tabela:

Renda Líq. Mensal	Alíquotas
Até 1.325,00	Isento
1.504,00	5
1.952,00	8
2.644,00	10
3.697,00	12
Acima de 3.697,00	15

Tem o seguinte texto a INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRF n.º 43 DE 20 DE NOVEMBRO DE 1971:

O SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO o imperativo de atualização técnica dos formulários fiscais, para apresentação, no exercício de 1972, da declaração de rendimentos a que estão obrigadas, nos termos da Portaria Ministerial n.º GB-337, de 2.9.1969, todas as pessoas jurídicas de direito privado domiciliadas no País, bem como as empresas públicas, as empresas individuais e as filiais, sucursais, agências ou representantes de pessoas jurídica domiciliadas no exterior, isentas ou não do pagamento do imposto de renda.

ISENTOS DO IMPOSTO DE RENDA ATE 31 12 1974 EMPREENDIMENTOS NOVOS NA AREA DA SUDENE

Decreto-Lei n.º 1.196 de 23 de dezembro de 1971

O Presidente da República, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Os empreendimentos industriais ou agrícolas que entrarem em operação na área da SUDENE até 31 de dezembro de 1971, gozarão da isenção do imposto de renda, na forma dos artigos 13 da Lei n.º 4.239, de 27 de junho de 1963 e 34 da Lei n.º 5.508, de 11 de outubro de 1968.

Art. 2.º — Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação

ISENTAS DE IMPOSTO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1974, A EXPORTAÇÃO DE SAL

Decreto-Lei n.º 1.201, de 29 de dezembro de 1971

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o inciso II do artigo 55 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Ficam isentas do imposto único sobre minerais, até 31 de dezembro de 1974, as saídas de sal marinho destinadas ao exterior.

Art. 2.º — Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS

Portaria Simplifica Escrituração de Livro

Portaria assinada pelo o Ministro Delfin Neto simplificou a escrituração durante o exercício de 1972, do livro "Registro de Controle de Produção e do Estoque (Modelo 3), permitindo maior flexibilidade em sua utilização".

E a seguinte a íntegra da portaria: "O Ministro de Estado da Fazenda, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a necessidade de permitir maior flexibilidade na utilização e escrituração do livro "Registro de Controle da Produção e do Estoque", principalmente em sua fase inicial de implantação, resolve:

a) E facultado o lançamento de totais diários na coluna "Produção — No próprio estabelecimento", sob o título "Entradas". (Art. 72, § 2.º, item 6, alínea "a" do Sinief);

b) E facultado o lançamento de totais diários na coluna "Produção — No próprio Estabelecimento", sob o título "saídas", em se tratando de matéria prima, produto intermediário, e material de embalagem, quando remetidos do almoxarifado para o setor de fabricação, para industrialização no próprio estabelecimento. (Art. 72 § 2.º, item 7, alínea "a" do Sinief);

c) Nos casos previstos nas alíneas "a" e "b" anteriores fica igualmente dispensada a escrituração das colunas sob "Data". Art. 72, § 2.º, itens 4 e 5 do Sinief);

d) E facultado o lançamento diário, ao invés de após cada lançamento de entrada e saída, na coluna "Estoque" (Art. 72, § 2.º, item 8).

2. Os estabelecimentos industriais ou a eles equiparados pela legislação do IPI, que possuírem controles quantitativos de mercadorias que permitam perfeita apuração dos estoques permanentes, poderão utilizar durante o exercício de 1972 independentemente de autorização, estes controle em substituição ao livro Modelo

3, desde que atendam às alíneas que seguem:

a) O estabelecimento que optar pela substituição a que se refere o item 1 deverá comunicar essa opção, por escrito, à Superintendência Regional da Receita Federal de sua jurisdição, à Secretaria da Fazenda do Estado, anexando Modelo dos formulários adotados.

b) A comunicação a que se refere o item 2 deverá ser feita através do órgão local da Secretaria da Receita Federal, que jurisdiciona o estabelecimento optante.

c) Os estabelecimentos que optarem pelo que dispõem o item I ficam obrigados a apresentar, quando solicitados, aos fiscos federal e estadual, os controles quantitativos de mercadorias.

d) Para a obtenção de dados destinados ao preenchimento da declaração de informações do IPI, os estabelecimentos triais ou a eles equiparados, que

optarem pelo disposto no item I, poderão adaptar aos seus modelos colunas para indicação do "Valor" e do "IP", tanto nas entradas quanto nas saídas de mercadorias;

e) Ficam dispensadas da obrigatoriedade de prévia autenticação exigida no item 3 do § 7.º do art. 72 do Sinief, as fichas adotadas em substituição ao livro Modelo 3, previstas no mesmo § 7.º do art. 72 do Sinief;

f) Os estabelecimentos que optarem pela substituição deverão manter sempre atualizada uma ficha índice ou equivalente.

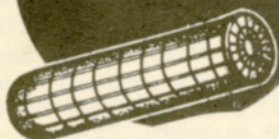
3 As mercadorias que tenham pequena expressão na composição do produto final, tanto em termos físicos quanto em valor, poderão ser agrupadas numa folha ou ficha, desde que se enquadrem numa mesma posição da tabela anexa ao

Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados.

4. As Superintendências Regionais da Receita Federal deverão, mensalmente, elaborar a relação dos estabelecimentos, de sua jurisdição que optarem pelo sistema substitutivo previsto no item I desta Portaria, indicando o endereço e os números de inscrição no CGC e Estadual, enviando uma cópia às Secretarias da Fazenda existentes em sua região e outra à Coordenação do Sistema de Fiscalização.

5. Os estabelecimentos atacadistas, não equiparados a industriais, obrigados à adoção do Livro Registro de Controle da Produção e do Estoque, Modelo 3, conforme prevê o § 4.º do Estoque, Modelo 3, conforme prevê o § 4.º do art. 63 do Sinief, ficam dispensados do preenchimento das colunas "Valor" e "IPI", mantidas as outras simplificações".

TRANQUILIDADE
É O PRIMEIRO
PASSO PARA UM
BOM NEGÓCIO.



Música é
tranquilidade em todos
os ambientes

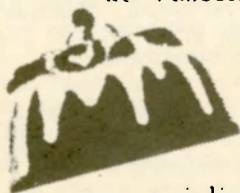
UNO-SOM

leva boa música
para você, onde você quiser

Rua Heitor Carrilho, 104
Fone 22.00

**PASTELARIA
NATAL**

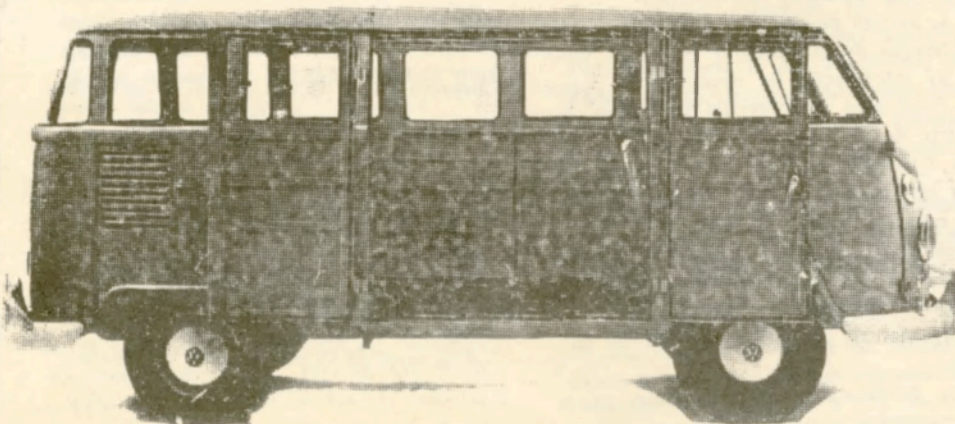
José Zélio Caldas
de Vasconcelos



especialista em
salgados e docos
entrega a domicilio
pelo telefone 26.64

Rua Apodi, 311 - Cidade Alta

**Armazém: Vende-se.
Espaço interno de
6,279 m³ com capacidade
para 1 tonelada de carga.
Revestimento de aço.
15 janelas.
Dois amplos portões
de serviço para carregar
e descarregar mercadorias.
Estaciona em qualquer vaga.
Manutenção mais barata.
Também tem bancos
para transportar 9 pessoas,
depois do expediente.
Em exposição aqui
na nossa loja.**



MARRAS S/A

AV. TAVARES DE LIRA, 159.



REVENDEDOR
AUTORIZADO

**O Leitor do
RN-Econômico
é o homem
mais
importante
do RN**



É o industrial, o banqueiro, o comerciante,
o político e o agropecuarista.
É o economista, o advogado, o engenheiro, o
professor e o universitário.
É o jornalista e o intelectual.
É também o investidor, o homem que tem
poupança e poder aquisitivo elevado.
Milhares de exemplares de RN-ECONÔMICO vão
todos os meses para as mãos do
homem mais importante do RN.

**Anuncie em RN-Econômico
para atingir o homem
mais importante do RN**

EMPRESA IMPORTANTE

CONFECÇÕES GUARARAPES S/A — MINERAÇÃO
TOMAZ SALUSTINO S/A — EMPRESA INDUSTRI-
AL TÉCNICA S/A — INDÚSTRIAS JOSSAN S/A —
COMPANHIA ALGIMAR — DUBOM S/A —
ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO
RIOGRANDENSE DO NORTE — MONTE LÍBANO
HOTÉIS E TURISMO — BANCO INDUSTRIAL DE
CAMPINA GRANDE — BANCO DE DESENVOLVI-
MENTO DO RIO GRANDE DO NORTE — POTENGI
INDÚSTRIA AGROPECUÁRIA S/A — CONSTRU-
TORA A. GASPAR — MERCANTILCRED — J.
MOTTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A — INPASA
— ITAPETINGA AGRO INDUSTRIAL S/A — FA-
ZENDAS POÇO VERDE S/A — CAJUEIRO AGRO-
PECUARIA S/A — NATÉCIA — COIRG — MOSSO-
RÓ AGRO INDUSTRIAL S/A — COMPANHIA DE
SERVIÇOS ELÉTRICOS DO RIO GRANDE DO
NORTE — ALGODOEIRA SÃO MIGUEL S/A —
TELERN

PUBLICA BALANÇO EM RN-ECONÔMICO

Revista Mensal do Homem
de Empresa do Rio Grande do Norte